

MATEUS BACAVACA TCHIPELEKESSE JOAQUIM

**A Diplomacia Angolana e o seu Impacto na Vida do
Cidadão - de 1975 à Actualidade**

Orientador: Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2017

MATEUS BACAVACA TCHIPELEKESSE JOAQUIM

**A Diplomacia Angolana e o seu Impacto na Vida do
Cidadão de -1975 à Actualidade**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 21 de Novembro de 2017 com o despacho de nomeação de Júri nº 374/2017 com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente: Professor Doutor José Carlos Calazans

Orientador: Professor Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2017

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que directa ou indirectamente lutam para o bem-estar de todos angolanos.

Agradecimentos

Aos meus pais por me terem criado desde o meu nascimento até a este momento, chegando ao ponto de deixar a Angola com destino a Portugal, com objectivo de aumentar os meus conhecimentos científicos.

A todos que acreditam na mudança da governação angolana.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos, que carinhosamente, pacientemente e sabiamente, orientou, me aturou e me incentivou a prosseguir com esta pesquisa.

A todos professores que me deram aulas durante a parte curricular e aos meus colegas, a minha profunda gratidão.

Ao Senhor Mário Augusto, Embaixador perante a CPLP, nos serviços diplomáticos de Angola em Portugal, pelo facto, de me ter facultado alguns documentos, tais como actas que nelas contém o conteúdos que relatam acerca da CPLP, os meus agradecimentos.

Aos meus companheiros de luta em Portugal, Zeferino Pataca, Ângelo Major, António Francisco da Cruz, Padre Miguel NDunde, Manuel Tchakamba, o meu muito obrigado.

Seria ingrato se não agradecesse aos meus irmãos e primos que também me deram muita força, nomeadamente: Pedro Joaquim, Feliciano Joaquim, Mariana Joaquim, Paulina Joaquim, Tiago Tchipelekesse e Salomão Tchipelekesse.

A todos aqueles que conviveram e convivem comigo em Portugal e em Angola, a eles o meu muito obrigado.

Resumo

O presente estudo tem como finalidade demonstrar até que ponto a diplomacia angolana tem beneficiado o cidadão angolano. Para tal, é necessário que se faça uma abordagem histórica - diplomática desde 1975 à actualidade. Nesta ordem de ideias, é imperioso focar na maneira como foi construída a diplomacia angolana, na qual é incontornável o ingresso de Angola nas organizações internacionais e regionais, assim como o início das relações diplomáticas com outros países, mesmo estando no ambiente de guerra civil que o país viveu depois da independência, situação que originou vários acordos, com maior realce os de Bicesse (1991), que com eles se transita para uma Angola democrática. A guerra civil que voltou a eclodir em 1992, não paralisou a diplomacia, chegando ao ponto de regularizar a situação, com a formação do Governo de Unidade de Reconciliação Nacional.

Neste sentido, o sonho de uma Angola em paz acabava de chegar em 2002, o principal recurso do país que é o petróleo começa a emergir. A partir do então, começa a incrementar-se o desenvolvimento das relações diplomáticas com outros países.

Qual o impacto deste incremento diplomático na vida do cidadão angolano?

Palavras-Chave: Diplomacia; Angola; Cidadão.

ABSTRACT

The current paper aims at demonstrating whether or not the Angolan diplomacy has benefited the Angolan citizen, inasmuch as the public policies are concerned. On this account, it is key do make a historical and diplomatic survey from 1975 to the present date and focus on how the Angolan diplomacy was devised, whereby the entrance of Angola in regional and national organizations is a must-study, as well as the beginning of the diplomatic relations between Angola and other countries – despite under the environment of the civil war lived in the post-independence era – what gave birth to numerous agreements, of which we emphasise the Bicesse Agreements (signed in 1991, under the direction of the Portuguese State Secretary of Foreign Affairs and Cooperation, *Durão Barroso*) that established and officialised democracy in Angola. The Angolan Civil War that resurged in 1992 (after incidents of fraud in the results of the first presidential elections) did not paralyse the Angolan diplomacy, though; on the contrary, it progressed to the point of implementing the so called GURN, translated as Government of National Unity and Reconciliation. To this point, the dream of a peaceful Angola became true in 2002, and the country's main source of income, which is oil, started to generate an incalculable wealth. Since then, came the boom of the diplomatic relations with other countries.

But what is the impact in the life of the Angolan citizens this increase in the diplomatic relations has?

Key words: Diplomacy; Angola; Citizen

Lista de Siglas

- a. C. antes de Cristo
- ACP África Caribe Pacífico
- AD- Coligação Angola Democrática
- AIEA Agencia Internacional de Energia Atómica
- BAD Banco Africano de Desenvolvimento
- BAD Banco Africano de Desenvolvimento
- BIRD Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BM Banco Mundial
- CEAST Conferencia Episcopal de Angola e São Tomé
- CECA Comunidade Europeia de Carvão e do Aço
- CEE Comunidade Económica Europeia
- CEEAC Comunidade Económica dos Estados de África Central
- CNDA Convenção Nacional de Angola
- CNE Comissão Nacional Eleitoral
- CPLP Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- d. C. depois de Cristo
- EDEL Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda
- EUA Estados Unidos da América
- FAA Força Armada Angolana
- FALA Frente Armada de Libertação de Angola
- FAPLA Força Armada Populares de Libertação de Angola
- FDA Fórum Democrático Angolano
- FMI Fundo Monetário Internacional
- FNLA Frente Nacional para Independência total de Angola
- GATT Acordo Geral sobre as Tarifas e Comercio
- GM Guerra Mundial
- GURN Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
- IDH Índice de Desenvolvimento Humano
- ISCTE Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- ISPOCAB Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela
- MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

- O.N.U. Organização das Nações Unidas
- OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento
- OEA Organização dos Estados Americanos
- OI Organizações Internacionais
- OMC Organização Mundial do Comercio
- OMS Organização Mundial da Saúde
- ONG Organização Não Governamental
- OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OTAN Organização do Tratado do Atlântico do Norte
- OUA Organização da Unidade Africana
- PAI Partido Angolano Independente
- PAJOCA Partido de Aliança da Juventude Operários e Camponeses de Angola
- PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PCP Partido Comunista Português
- PDA Partido Democrático Angolano
- PDLA Partido Democrático Liberal de Angola
- PDP – ANA Partido Democrático para o Progresso de Angola
- PLD Partido Liberal Democrático
- PNDA Partido Nacional de Angola
- PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRA Partido Renovador de Angola
- PRD Partido Renovador Democrático
- PRS Partido de Renovação Social
- PSD Partido Social Democrático
- PSDA Partido Social Democrática de Angola
- RDC República Democrática do Congo
- SADC Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.
- SdN Sociedade das Nações
- TAAG Linhas Áreas de Angola
- UA União Africana
- UE União Europeia
- ULTH Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias
- UNESCO Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultural
- UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

- UNITA União Nacional para Independência Total de Angola
- URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

Dedicatória -----	2
Agradecimentos -----	3
Resumo -----	4
Abstract -----	5
Introdução -----	12
Metodologia -----	14
Capítulo I- A Diplomacia. Conceito, origem e instrumento na condução da Política internacional -----	16
1.1. Origem da Diplomacia -----	16
1.2. Definição de Diplomacia -----	17
1.3. Breve historial da Diplomacia -----	19
1.3.1. Diplomacia Antiga -----	19
1.3.2. Diplomacia Medieval -----	20
1.3.3. Diplomacia Moderna -----	22
1.3.4. Diplomacia Contemporânea -----	26
1.3.4.1. Consequência da II Guerra Mundial para a Diplomacia -	30
1.4. Instrumentos da Política Internacional e Métodos evoluídos para Negociação -----	32
Capítulo II – A Construção da Diplomacia angolana -----	34
2.1. Sua Origem -----	34
2.2. A Influência dos E.U.A. -----	36
2.3. Angola e as Organizações Internacionais -----	38
2.4. A Diplomacia e a Guerra Civil -----	40
2.5. Os Acordos de Bicesse e a Diplomacia angolana -----	45
2.6. A Diplomacia numa Angola democrática -----	47
2.7. O Regresso da Guerra Civil -----	49
2.8. Governo de Unidade e Reconciliação Nacional como resultado da Diplomacia -----	50
CAP III- A Diplomacia angolana na promoção da paz -----	53
3.1. O Petróleo -----	53
3.2. Relações de Angola e China -----	55

Índice de Tabelas

Tabela 1 -----	51
Tabela 2 -----	IX
Tabela 3 -----	IX
Tabela 4 -----	X
Tabela 5 -----	XI
Tabela 6 -----	XI

Introdução

Segundo os acontecimentos que remontam ao passado, Angola foi uma colónia de Portugal antes de se tornar num país independente. A sua autonomia como Estado independente mereceu muita atenção, chegando ao ponto de envolver países como E.U.A., China, Cuba, ex-U.R.S.S., todos eles com interesses, apoiando assim, os movimentos de libertação nacional, MPLA, UNITA e FNLA, o que de certa forma, contribuiu para que o processo da descolonização deste território, tivesse um tratamento especial nas Nações Unidas. Desde sempre existiu interesse pelo petróleo angolano por parte dos americanos, o que foi conciliado com a ajuda aos povos oprimidos, uma realidade que se iniciou desde o mandato do presidente John Kennedy dos E.U.A em 1961, pelo facto da sua governação estar virada sobretudo para a política externa.

Segundo a história, Portugal foi o último país a abolir o tráfico de escravos nas suas antigas colónias, chegou ao ponto de as transformar em Províncias Ultramarinas, mas, a pressão da comunidade internacional em as libertar, não parava. Angola apresentava-se em foco devido os seus recursos. Tais factos verificaram-se em encontros míticos como o embate entre António de Oliveira Salazar e John Kennedy, dir-se-ia que foi uns dos acontecimentos marcantes da década 60, sem esquecermos a Guerra Fria que também, sem sombra de dúvidas, influenciou, no início da luta armada a 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda.

Contudo, é normal afirmar que o caso de Angola mereceu muita atenção, por causa das suas enormes riquezas, como já se referiu, das quais se destaca o petróleo, o que afectou também outros territórios que na actualidade formam os PALOP, no diz respeito o retardar da proclamação das suas independências, na medida em que, mesmo aqueles que têm poucos recursos, proclamassem também as suas independências em 1975, excepto Guiné-Bissau que proclamou em 1974. Neste sentido, os alicerces de uma Angola independente que também com ela se inicia a diplomacia, começou a ser erguido com o 25 de Abril de 1974, data em que foi derrubado o governo de Marcello Caetano, que de certa forma, influenciou os acontecimentos dos acordos de Alvor de Janeiro de 1975 e no dia 11 de Novembro do mesmo ano, fez com que mais um território se tornasse independente, em todos domínios, com maior destaque a vertente diplomática.

Todavia, ao procurar fazer-se um estudo sobre o posicionamento de Angola na esfera internacional, nomeadamente nas organizações internacionais e regionais

africanas de 1975 à actualidade no que diz respeito à sua diplomacia e à repercussão da mesma para o cidadão.

Esta dissertação, destina-se a analisar a posição de Angola na esfera internacional, no que diz respeito à sua acção diplomática, no momento de guerra civil, na paz, colocando o cidadão no centro das atenções.

O seu objectivo consiste em identificar e traçar a prospectiva da acção diplomática angolana para o bem-estar do cidadão.

Assim sendo, apresenta-se aqui as seguintes hipóteses de trabalho:

- A construção da diplomacia angolana, dependeu bastante das influências de países como Cuba, ex-U.R.S.S. China e E.U.A.
- A paz e petróleo influenciaram bastante na promoção da diplomacia angolana.
- As condições precárias em que, a maioria dos cidadãos angolanos vivem, são o sinónimo que a os benefícios da diplomacia têm sido pouco.

Para dar fundamento a estas hipóteses, a dissertação está desenvolvida em 4 capítulos, nos quais o I trata da contextualização teórica que permite compreender os conceitos mais pertinentes para o estudo.

No Capítulo II, procurar-se-á mostrar como foi construída a diplomacia angolana.

Nela, teve-se em conta os aspectos relacionados com a proclamação da independência de Angola, visto que, é com ela que se inicia a acção diplomática, a guerra civil, as negociações diplomáticas, o que resultou numa Angola democrática, que realizou as primeiras eleições, cujo resultado originou o regresso da guerra civil e a formação do Governo de Unidade Reconciliação Nacional que surgiu para consolidar esta democracia.

No Capítulo III, abordar-se-á a diplomacia angolana na paz, na qual o petróleo ao associar a paz, atrai cada vez mais estrangeiros a investirem em Angola, como é o caso da China que aparece como solução para a reconstrução, assim sendo, a diplomacia angolana consolida-se, nas organizações regionais africanas e internacionais.

No Capítulo IV, relacionar-se-á a política externa angolana com o cidadão, na qual veremos o incremento desta relação.

Como forma de compreender o espírito de uma diplomacia que beneficie cada vez mais o cidadão, é analisada a questão do Nepotismo que aos poucos está assolando o país, tentando traçar na parte final deste capítulo, uma visão prospectiva para Angola.

Metodologia

A Metodologia é indispensável para a realização de uma pesquisa científica, o que nos remete ao rigor, clareza no objecto em estudo.

Esta dissertação destina-se em analisar se a diplomacia angolana, tem tido bom impacto para o cidadão, sobretudo na paz.

O seu objectivo consiste em identificar e traçar prospectivas da acção diplomática angolana para bem-estar do cidadão.

Para se alcançar este objectivo foi escolhida uma metodologia e elaborada uma estrutura de 4 capítulos, antecedida da introdução e da metodologia e terminada com a conclusão.

Neste sentido, para confirmar as hipóteses durante a pesquisa usou -se uma metodologia baseada na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade (Savite, 2014,p.71), pelo facto de serem os métodos que enfatizam e defendem os canais válidos de argumentação e investigação das Relações Internacionais, onde está incluso a diplomacia, na medida em que serviram como via para compreender a elasticidade da diplomacia angolana, nos quais os métodos Analítico - Sintético, que permitiu ler e sintetizar os conteúdos das bibliografias usadas, Hipotético - Dedutivo, que ajudou a buscar a verdade, eliminando o que é falso, Dialéctico, que permitiu confrontar conceitos verdadeiros com outras realidades e teorias para se obter uma nova conclusão, Histórico, que ajudou a pesquisar acontecimentos do passado para verificar a sua influência na sociedade contemporânea e método Comparativo, que ajudou a comparar a realidade angolana, também estão incluso.

Quanto às fontes, efectuaram-se consultas de obras de vários autores, assim como documentos escritos fornecidos pela embaixada de Angola em Portugal.

No que diz respeito à estrutura da dissertação, no capítulo I, teremos como objecto de estudo, as noções gerais de diplomacia. Quanto ao conceito e fundamentação teórica, usou-se duas obras de referência tais como: *Diplomacia* da autoria de Maria Regina Mongiardim e *Diplomacia* de Henry Kessinger.

O capítulo II, que fala da “Construção da diplomacia angolana”, abordou-se temas que tem a ver com a origem da construção do Estado angolano, assim como os primeiros momentos da acção diplomática e a guerra civil, a diplomacia numa Angola democrática, o regresso da guerra civil e o Governo de Unidade Reconciliação Nacional como elemento que consolida a democracia.

Neste capítulo utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, feita em Bibliotecas tais como: Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologias (ULHT), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e no Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela-Angola (ISPOCAB).

No capítulo III, intitulado “A diplomacia angolana na promoção da paz” se abordou o petróleo como alavanca da diplomacia, na medida em que se associa a paz, a questão da China em Angola, assim como a posição de Angola nas organizações internacionais, destacando a CPLP, onde se particularizou o caso da Guiné - Equatorial, tal como a posição de Angola nas organizações regionais africanas.

Neste capítulo, a técnica utilizada, foi a de consulta bibliográfica, assim como alguns documentos escritos fornecidos pela Embaixada de Angola em Portugal, na pessoa do senhor Embaixador perante a CPLP, Mário Augusto.

Já no capítulo IV, intitulado “Repercussão da diplomacia angolana no cidadão” se abordou o cidadão angolano como aquele que nele se funde toda a diplomacia, tais como o seu modo de vida, visto que, toda diplomacia tem como fim o bem-estar dos cidadãos dos países em negociação. Sendo Angola um país em via de desenvolvimento, propuseram-se mudanças para que o cidadão angolano possa viver com dignidade, na qual a questão da democracia não ficou de fora.

A técnica usada neste capítulo é de pesquisa bibliográfica.

A visão prospectiva será abordada no final do capítulo IV, será elaborada com base nas obras de Marcos Túlio Cícero, com o título “Como governar um país” e de Nelson Mandela com o título “As palavras de Nelson Mandela”, sendo autores de referência na cena política internacional e pondo em prática as suas teorias, acredita-se que poderá se ter uma Angola sã com uma diplomacia sã que orgulhará os seus cidadãos.

Capítulo I – A Diplomacia. Conceito, origem e instrumento da condução da política internacional

1.1. Origem da Diplomacia

A génese de uma determinada palavra, é indispensável sobretudo quando abordamos assuntos de natureza científica. Neste sentido, a “diplomacia” como um acto, é algo antigo, ela surge antes do nascimento de Jesus Cristo, isto é, da dialéctica entre a guerra e a paz (Mongiardim, 2007, p.51). Esta dialéctica, de certa forma, originou a aproximação dos homens, obrigando-os a ter contactos, que por sua vez, resultaram em diplomacia. Assim sendo, os seus primeiros vestígios foram encontrados no Egipto no século XIV a.C. e algum tempo depois, já um pouco desenvolvido na China por volta do século VIII a.C. e na Índia no século IV a.C. com uma evolução que supera as anteriores, ao passo que, em África a diplomacia chegou um pouco tarde, isto é, aproximadamente no século IX da nossa era (Idem, p.52).

Para o Finlandês Ragnar Numelin, no seu estudo publicado em 1950 sobre a “diplomacia primitiva”, afirma que o surgimento da diplomacia ocorreu antes do nascimento de Jesus Cristo, apesar disso, avança com a ideia de que, a diplomacia era notória na medida em que estes povos eram usados como mensageiros e enviados entre várias tribos com objectivo de tratarem em comum os assuntos dos seus interesses (Magalhães, 2005, p. 31).

Porém, as duas versões apresentadas demonstram veracidade na medida em que são unânimes em afirmarem o surgimento da diplomacia na era antiga, neste sentido, afirmasse sem sombras de dúvida que afinal de contas as práticas de negociações, partiram desde os tempos remotos.

Entretanto, é oportuno salientar que na medida em que o tempo foi passando, a diplomacia foi aparecendo em várias regiões. Sem esquecer da origem genuína, importa dizer que a actual diplomacia tem os reflexos na Grécia, cujo legado foi transmitido nas obras literárias *Ilíada* e *Odisseia*, da autoria dos poetas Homero e Osíodo (Mongiardim, 2007, p.53).

Quanto à origem linguística, a palavra diplomacia foi usada pela primeira vez, pelos gregos, significando “objecto duplo, papel dobrado em dois” seguindo-se posteriormente ao Latim, que era concebido “ papel dobrado, carta de recomendação,

carta de licença ou privilégio”, na mesma senda, seguiu-se para o Francês e o mesmo aconteceu com o português em 1836¹.

Para os romanos e bizantinos, a palavra diploma de origem grega, que deriva da palavra diplomata conforme era concebido a diplomacia nesta época, na primeira instância significava “ autorização para poder utilizar os transportes públicos, espécie de passaporte.” Com o andar do tempo, a concepção da mesma, mudou pelo facto de ser aplicada a todos documentos solenes que eram emitidos pelo Chanceler (Fernandes, 2004, pp.17-18).

As missões diplomáticas permanentes que tiveram início na Idade Moderna século XVI, onde se destaca o senhor Milão Giangaleazo Viaconti, que durante mais de sete (7) anos, isto é, de 1425-1432, manteve um embaixador residente junto da corte de Segismundo (1368-1437), rei da Hungria e imperador do Império Romano (Magalhães, s.d., p. 21), é sem sombras de dúvidas o alicerce da diplomacia como Ciência, no qual o primeiro estudo foi lançado em 1693, com a publicação de Leibnitz em Hanôver, um *codex Juris Gentium Diplomaticus*, que continha documentos relativos às Relações Internacionais (Fernandes, 2004, p.18) que por sua vez, originou em França no período pós-renascimento, isto é, no século XVIII, nos finais da idade Moderna. Assim sendo, foi nesta fase que pela primeira vez o diplomata era visto, como alguém que detinha o poder especial para negociar internacionalmente em nome de um determinado Estado (Mongiardim, 2007, p. 26).

Embora tenha raízes na antiguidade, a diplomacia que temos assistido nos nossos dias, é produto da paz de Westefália, isto é, em 1648, na qual pela primeira vez se pensou lançar-se a ideia da diplomacia multilateral.

Na medida em que o conceito de diplomacia foi variando, o mesmo aconteceu com a sua definição.

1.2. Definição de Diplomacia

A palavra diplomacia desde o seu aparecimento até aos nossos dias, foi definida de várias formas. Estas definições desde a data em que a diplomacia passou a ser usada em França para designar actividade dos diplomatas, 1971 (Fernandes, 2004 p.18), todas elas, se resumem em relacionar os Estados, uma acção que normalmente é executada

¹ Conteúdo elaborado de acordo o material de apoio da Unidade Curricular de Organismos e Organizações Internacionais do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ano lectivo 2015/2016.

pelos diplomatas. Desta forma, para Daniela Frigo, a diplomacia é “conjunto de actividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e às negociações entre Estados, numa época em que a política interna e a política externa se relevam como dois domínios distintos na vida dos Estados” (Frigo, apud Mongiardim, 2007, p.27), podemos ainda defini-la como um instrumento que põe em contacto os governos de dois ou mais Estados, o que de certa forma, terá como fim o formular da política externa (Fernandes, 2004, p.18). Não obstante, ainda podemos definir diplomacia como toda acção que integra a arte de negociação, incluindo as técnicas e processos envolvidos na condução da política externa e a forma como actuará nas Relações Internacionais (Tomé, 2011, p. 21).

Todavia, por isso é que a diplomacia, é considerada como um instrumento importante na condução da política internacional, sendo “ como uma negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados” (Moreira, 2014, p. 85).

Assim sendo, os conceitos apresentados dão a entender que este contacto que ocorre entre os diplomatas de diferentes Estados, que tem como finalidade a negociação, que por sua vez, acaba por se repercutir nas vidas dos cidadãos, deve ser sério, porque normalmente trata de benefícios, que devem ser de igual para igual, aos Estados envolventes, na medida em que, cada um tenha necessitado do outro.

Nesta ordem de ideias de autores, pode-se dizer que, não é em vão, que os estudiosos em Relações Internacionais têm dito, que o chefe da diplomacia neste caso o Ministro dos Negócios e Estrangeiros ou das Relações Exteriores como é caso de Angola, não pode ser uma pessoa qualquer, pelo facto, de ser aquele que conduzirá toda a acção diplomática do Estado, que passa pelo diálogo diplomático que na visão de Tomé, “será o privilégio e monopólio do Estado e a guerra é a expressão da sua soberania enquanto poder autónomo.” (Tomé, 2011, p. 45). No entanto, José Calvet de Magalhães teve razão ao intitular uma das suas obras “*A Diplomacia Pura*” na qual avança dizendo que o conceito da obra em causa, “ implica naturalmente, a ideia de um diplomata puro, ou seja, um agente da administração que actua exclusivamente como instrumento de uma determinada política externa” (Magalhães, 2005, p. 93).

Neste sentido, o conceito de diplomacia, até ser concebido como ciência, esteve ligado ao percurso histórico, que segundo os burgueses da Europa Ocidental, dividiram tendo em conta aos acontecimentos relevantes que foram marcando a História, tais

como: guerras, invasões, revoluções, pactos, conquistas e muito mais. É nesta óptica que perceberemos o historial da diplomacia.

1.3. Breve historial da Diplomacia

Conforme já foi referido, a diplomacia teve as suas origens na antiguidade, porém, é normal enquadrar o seu percurso histórico na divisão do tempo feita pelos burgueses da Europa Ocidental, que é a seguinte:

- Idade Antiga: Que vai desde o aparecimento do homem na terra, até a queda do Império do Ocidente (476 d.C.);
- Idade Média: Que parti de 476 d.C. até a queda do Império Romano do Oriente ou Bizantino (1453 d.C.);
- Idade Moderna: de 1453 até a revolução francesa 1789;
- Idade Contemporânea: da revolução francesa 1789 até aos nossos dias.

Assim sendo, é com base nesta divisão do tempo, na qual ocorreram vários acontecimentos, tais como, revoluções, guerras e conquistas que se vai fazer um breve estudo acerca da diplomacia.

1.3.1. Diplomacia Antiga

Conforme faz referência Mongiardim, a diplomacia antiga ou primitiva teve as suas raízes no Egipto, o que é comprovado com a “troca que existia entre os Faraós e os monarcas vizinhos, as cartas de Tell-el-Amarna e o Tratado concluído em 1278 a.C. entre o Faraó Ramsés II e o Rei dos Hititas, Hatursi III, documentos descobertos em 1887-1888 no palácio de Amenófis ou Amenotep III em Amarna, a cidade antiga do Egipto, a meio caminho entre Mênfis e Tebas, o sucessor de Amenotep III, o famoso Ikhanaton, que transformou na capital do seu reino” (Magalhães 2005, p. 33). Neste sentido, é importante recordar que a história do Egipto antigo, está dividida em 4 períodos, nomeadamente: Império Antigo (2800-2175 anos a.C.), Império Médio (2133-1633 a.C.), período em que Egipto foi retomado pelos estrangeiros oriundos da Palestina (1633-1567 a.C.), Império Novo (1567-1085 a.C.), que se estendia até ao Eufrates na Mesopotâmia. A diplomacia egípcia, não conseguiu manter a sua posição, chegando ao ponto de conquistar o mundo e conduzir o percurso histórico, por causa das constantes invasões, onde se destaca o ano de 1179 a. C. pela confederação dos povos do Mar-filisteus, Gregos, Sardinias, Sakalsas, derrotados por Ramsés III (Martins & Cary, 1985, pp.14- 15).

Com o surgimento da 1ª dinastia Chinesa denominada Shang (1600-1122 a. C.), a diplomacia da China antiga, foi considerada a primeira sofisticada da época, comparando-a com a que a antecedeu, com ligas e missões (Mongiardim, 2007, p. 52),

Ainda, de acordo com a história, a Grécia antiga foi o precursor da história civilizacional europeia. Todavia, as relações que existiam na Grécia antiga entre Estados, isto é, nas actividades das cidades, também contribuíram para aquilo que é hoje a diplomacia moderna, até mesmo contemporânea, o que foi consolidado com a democracia ateniense. A exclusão dos estrangeiros na democracia antiga ateniense, estará na base do que nos nossos dias, é arte de Negociação (Capoco, 2013, pp.35-36). Com passar do tempo, a Grécia transmitiu este legado a Roma, o mesmo aconteceu com a história da diplomacia, dizendo que a diplomacia romana foi uma herança da Grega. A diplomacia Grega tinha um carácter muito diferente, os seus primeiros diplomatas eram denominados “ heraldos” porém, a sua protecção nos locais onde eram enviados, dependia dos deuses, nos quais podemos destacar Hermés que era o mensageiro (Mongiardim, 2007, p. 53), o que é diferente da forma como são protegidos na diplomacia contemporânea, onde se referencia a Convenção de Viena de 1961, na qual está contido os princípios que defendem as Embaixadas e os seus respectivos diplomatas, mesmo em caso de guerra.

Porém, as constantes invasões dos Bárbaros ao Império Romano, segundo a história, apontam-se como o principal motivo da sua queda, o que de certa forma também contribuiu para o enfraquecimento da diplomacia, que na época seguinte esteve sobre a tutela da Santa Sé.

1.3.2. Diplomacia Medieval

É considerado até ao momento o período da história com mais durabilidade. Com uma duração de aproximadamente 10 séculos, delimitada entre os séculos V e XV d.C., a diplomacia medieval não esteve isenta de revoluções, acontecimentos admiráveis, expansões e guerras.

Durante toda a Idade Média, a Europa tornou-se o palco da diplomacia, pelo facto de nela se concentrarem o maior número de intelectuais e por outro lado, por causa vida sociopolítica estar estruturada com base no Cristianismo que simplesmente acontecia no mundo ocidental (Capoco, 2013, p. 38). Contudo, a diplomacia medieval, será marcada por acontecimentos que hoje são incontornáveis, na história diplomática tais como:

- a) Expansão Árabe: É importante recordar que foi no século VII, isto é, na Idade Média que a diplomacia tornasse cada mais forte, com a emergência do mundo Árabe. Embora tenha aparecido como adversário do catolicismo, a religião islâmica, chegou a estender-se na Ásia, África e na Europa num curto espaço de tempo. Com o seu guião “o Alcorão” o seu expansionismo, fez com que a história diplomática tomasse um outro rumo, iniciando assim, a se falar de várias sedes no que diz respeito o poder, como é caso dos países africanos onde a expansão se fez sentir, travando limitações que se concentrava apenas na Santa Sé, na medida em que, o cristianismo não encontrará espaço, nos países onde o Islamismo se instalou, tais como: Egipto, Tunísia, Marrocos, Líbia e Argélia (Mongiardim, 2007, p.58).
- b) Feudalismo: Segundo o dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas, o Feudalismo, é um termo que surge por vezes como seu sinónimo em Francês, ainda que se constituía mais uma categoria de análise marxista com referência à lógica dos modos de produção. Todavia, será assim, uma ordem social política, económica e cultural da Europa Ocidental, que irá atingir o seu apogeu no século IX, o que se estenderá até ao século XIII, cujo os efeitos ainda se farão sentir nos finais da Idade Média, concretamente no século XV. Não obstante, no período feudal, a diplomacia é notória na medida em que o poder político esteve maioritariamente influenciado pela Igreja, o que não desligava os Reis ou Príncipes do Papado, assim como os senhores feudais que recebiam os seus feudos territoriais, uma vez que, ao nível da manutenção dos vestígios de uma actividade cultural, que se estendeu até ao século XI, os clérigos eram os únicos que sabiam ler e escrever, a língua que servia de comunicação europeia, era o Latim (Hermet, Badie, Birnbaum & Braud, 2014, p. 114).

Portanto, com o fim do Feudalismo a Europa transita para o capitalismo, aparecem novas Universidades onde inicia a actividade de formar um homem que tem uma visão antropocêntrica, o que fará com que ele ganhe o espírito humanista, que posteriormente formará a corrente Renascentista, que por outra influenciará naquilo que foi a Reforma Protestante, regista-se o contributo de Nicolau Maquiavel, cujas ideias contribuíram bastante na passagem de Estado - Cidade para o Estado-Nação, conforme está referenciado na sua obra “*O Príncipe*” tais como:

- O estilo do governo de Maquiavel, de inspiração fundamentalista, fez com que haja diversas inimizades e ruptura com a Santa Sé;

- A verdadeira inimizade com a Santa Sé, inicia-se quando Maquiavel foi eleito a 14 de Julho de 1498, Secretário da Segunda Chancelaria da República de Florença, o que lhe permitiu tratar questões como negócios da defesa do interior e da diplomacia;
- Já em 1505, com o auxílio dos governantes florentinos, conseguiu formar um exército, que era apenas formado pelos nacionais e na sua maioria camponeses;
- Na mesma senda, no ano 1509, Maquiavel irá conhecer o seu momento de glória, quando o seu exército vence o conflito que enfrentava com Pisa, um dos maiores adversários da sua época²;
- Em 1512, sob a égide do Papa Júlio II, se constitui a Liga Santa, para fazer regressar os Médicis ao poder, era uma grande preocupação para o exército de Maquiavel, visto que, esta liga parecia ser forte;
- Os reflexos de Maquiavel sobre a academia, inicia-se em 1516, quando ele frequenta as reuniões académicas dos jardins do palácio Rucellai, um lugar literário de referência da sua época, por onde mais adiante saíra a força que o motivará a publicar a sua obra “*Arte da Guerra*”(Maquiavel, 2007, pp. 16 – 18).

Assim sendo, os feitos de Maquiavel fizeram-se sentir sobretudo na vida política e social, quando a humanidade mudou de tempo, que na visão dos burgueses da Europa Ocidental, a sua contagem iniciou com a queda do Império Romano do Oriente ou Bizantino.

1.3.3. Diplomacia Moderna

Limitada entre a queda do Império Romano do Oriente, 1453, até a Revolução francesa, 1789, nela constatou-se os seguintes acontecimentos, que marcaram a história diplomática:

- Paz de Westafália;
- Revolução Americana;
- Revolução Francesa.

O Tratado de Paz de Westafália (1648), é considerado como o primeiro encontro que congregou vários países da Europa, o que em outras palavras diríamos que

²Corresponde dos 1496 à 1527, época em viveu Nicolau Maquiavel.

experimentou-se o diálogo multilateral, com o objectivo principal de por fim á guerra dos 30 anos (1618-1648), que acontecia entre os Príncipes da liga Protestante Alemã e os Príncipes do Império Romano Germânico e Austro - Húngaro, depois de ser assinado trouxe a liberdade religiosa, retirou oficialmente o poder político que esteve sob o domínio da Igreja, na pessoa do Papa, originando assim o equilíbrio político até à Revolução Francesa.

No entanto, Westafália reorganiza a Europa, o que se repercutiu nos territórios ultramarinos, trazendo assim, a nova unidade política, que em duas palavras se chama “ Estado Nacional”, que por sua vez, pós fim ao Estado - Cidade (Tomé, 2011, p. 23).

Segundo a investigação realizada, coordenada e liderada por Juan Carlos Pereira Castañares, importa a apresentar alguns princípios básicos:

- “ Os conflitos relativos a ordem da paz deviam ser resolvidos por meios pacíficos, especialmente através da negociação político - diplomática.
- O Estado vítima de uma violação da ordem estabelecida podia recorrer à guerra contra o transgressor e deveria contar com o apoio dos outros Estados.
- Uma guerra iniciada sem causa justa seria contrária ao direito, porque os Estados partes dos tratados de paz deveriam fazer frente contra o perturbador da ordem estabelecida” (Copoco, 2013, p. 44).

Embora tenha passado muito tempo, Westafália influenciou naquilo que foi a revolução americana.

A revolução americana, aconteceu nos finais do século XVIII (1776), tendo como base o iluminismo que na época já era uma realidade, como uma das alavancas principais, sem esquecermos de algumas leis aprovadas na época pelo Parlamento Britânico, que não convinha às colónias.

Através desta revolução, começou a construir-se o processo do nascimento do primeiro Estado independente e soberano como colónia, que são os E.U.A, fruto das negociações entre 13 colónias, nomeadamente: Nova Iorque, Novo Hampshire, Pensilvânia, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova Jersey, Delaware e Maryland, cujo objectivo foi pressionar a Inglaterra, com a finalidade de ceder a autonomia aos norte-americanos. O processo da proclamação da independência dos E.U.A, também serviu como reflexo naquilo que veio ser a Revolução Francesa.

Assim sendo, em 1776 proclamava-se a independência dos E.U.A, cujo seu percurso obedeceu várias etapas, o que à luz da obra de Zeferino Capoco, enunciaria da seguinte maneira:

- 1773 Acontece a revolta dos americanos em Boston;
- 1774 Acontece o 1º congresso da Filadélfia, onde as 13 colónias que estavam reunidas em Florida, decidem boicotar as mercadorias Inglesas e não aceitam, as leis ditadas pela metrópole;
- 1775 Iniciaram os conflitos armados entre as colónias e a Inglaterra, o que é sustentado com as seguintes fases:

“A Guerra da independência da América prolongou-se de 1775 à 1783, no fim da guerra as 13 colónias Britânicas constituíram os E.U.A. o conflito iniciou depois dos ingleses terem tentado lançar impostos para a manutenção de um exército permanente na América, o que não caía bem aos colonizadores, não obstante, foram enviadas tropas da Inglaterra para destruir um esconderijo de armas dos colonos, em Concord. Todavia, no dia 19 de Abril de 1779, o exército Inglês foi defrontado por colonos armados em Lexington, na estrada para Concord... o conflito terminou quando os Inglêss, comandados por Cornwallis, se renderam ao Comandante – Chefe americano, George Washington em Yorktown, Virgínia a 19 de Outubro de 1781” (Martins & Cary 1985, p.63).

- 1776 Acontece o 2º congresso da Filadélfia, onde veio a publicar-se a 4 de Julho a declaração da Independência dos E.U.A.
- 1783 A Inglaterra reconhece a Independência dos E.U.A.
- 1787, aprova-se a primeira Constituição dos E.U.A, sendo a primeira do Mundo, com uma certa inclinação há princípios democráticos, que também serviu como reflexos das actuais democracias, tais como:
 - República Federal;
 - Estado Soberano;
 - Separação de poderes.

Com efeito, em 1789 E.U.A. tornou-se mais um território no âmbito da política internacional, cujo primeiro presidente foi George Washington (1789-1799), que foi um parceiro importante na diplomacia, chegando ao ponto de influenciar e se envolver em todas negociações e cimeiras importantes que foram acontecendo, o que se pode demonstrar com a sua influência na libertação dos países africanos da colonização.

No entanto, a Revolução Americana, sem sombra de dúvida, também influenciou, no que foi uma das revoluções incontornáveis ao nível da diplomacia, isto é, aquela que aconteceu treze anos depois dela.

A Revolução Francesa (1789), foi um acontecimento que ocorreu muito antes da subida ao trono de Luís XVI, isto é, em 1774, época em que se começou a fazer sentir os descontentamentos do regime monárquico francês, do qual se destacam as dívidas que foram provocadas por uma parte da nobreza, que por sua vez, não pagava impostos e viviam no luxo como, conseqüências milhares de pessoas viviam na miséria. Conforme já foi referido atrás, a estratégia usada pelos norte-americanos para a libertação e a formação do seu Estado, teve um grande impacto naquilo que veio a ser o processo da revolução francesa, o que é sustentado com a participação na guerra americana da personalidade francesa, denominado “Marquês de Lafayette”(Martins & Cary 1985, p. 63).

A Revolução Francesa que aconteceu em 1789, momento em que se dá a “Queda da Bastilha”, é considerada como o primeiro alvo dos revolucionários, que reivindicaram a prisão política, visto que, esta prisão era o símbolo da monarquia francesa (Copoco, 2013, p. 69).

Esta revolução, que envolverá dois grupos políticos tais como, os “Girondinos” e os “Jacobinos”, é incontornável na história diplomática na medida em que, serviu de exemplos para o término de várias monarquias na Europa, onde pela primeira vez vai exigir-se a Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

A Liberdade, exigida na Revolução Francesa, as suas conseqüências fará sentido, sobretudo no século XX, quando a Assembleia das Nações Unidas aprovou no dia 10 de Dezembro de 1948 a Declaração dos Direitos do Homem, um documento que nos dias de hoje os seus princípios, têm servido como modelo por vários Estados, na perspectiva de tornar cada vez mais forte a realidade da dignidade da pessoa humana.

Além do que foi a Revolução Francesa, importa referir que a França muito antes, já possuía uma representação, organização e boa estrutura na sua diplomacia ao nível da Europa, o que se fazia sentir em todas capitais através de uma extensa rede de embaixadores permanentes (Mongiardim, 2007, p.77).

A Revolução Francesa foi um evento que está a servir como reflexo naquilo que hoje é o constitucionalismo moderno (Copoco, 2013, p. 68).

Assim sendo, por isso é que esta revolução também é tida como o elo de ligação entre a diplomacia Moderna e a Contemporânea.

1.3.4. Diplomacia Contemporânea

Ainda na periodização burguesa, a época contemporânea tem início no século XVIII, estendendo-se até aos nossos dias, nela acontece muita acção diplomática, onde pode-se destacar:

- Congresso de Viena (1815);
- 1ª Guerra Mundial (1914- 1918);
- Tratado de Latrão (1929);
- 2ª Guerra Mundial (1939- 1945).

No que diz respeito ao Congresso de Viena, este, ocorreu na actual capital da Áustria, em 1815, e, é, considerado um marco importante na história diplomática, pelo facto de por fim às guerras napoleónicas e instituir a Santa Aliança ou melhor “ Concerto Europeu”. No entanto, é considerado como o primeiro Tratado colectivo da História, abrangendo países como: Reino Unido, Áustria, Prússia, França e a Rússia, Portugal, Espanha, Suécia e Alemanha³. Com o fim das políticas de Napoleão, a Europa mergulha na nova ordem internacional, na qual se estabelece novas regras, das quais se destacam, as precedências dos chefes de missão, assim como:

- “Data de entrega das credencias;
- O ordenamento dos países em ordem Alfabética;
- A igualdade ao envio de embaixadores sem distinção de grande ou pequena potência” (Mongiardim, 2007, p.84).

Contudo, Viena introduziu aquilo que é o rosto da acção diplomática nos dias de hoje, bilateral e multilateral, pelo facto de ser neste congresso, que, pela primeira vez, se pensou na criação de um Tribunal Penal Internacional, que por sua vez, influenciará naquilo que será o surgimento de outras Organizações Internacionais, sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, conforme se verá mais adiante.

A I Guerra Mundial, com uma duração de 4 anos, foi o primeiro conflito na história da humanidade, onde se perderam muitas vidas humanas sobretudo do Continente Europeu, sendo este, o mais afectado, pelo facto de ser o palco principal do conflito.

³Conteúdo elaborado de acordo o material de apoio da Unidade Curricular de Organismos e Organizações Internacionais do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ano lectivo 2015/2016.

Neste sentido, importa dizer que em todo processo da I Guerra Mundial, constatou-se vários momentos diplomáticos, que influenciaram no surgimento desse conflito, entre eles, se destacam os seguintes:

- 1882, ano da formação da Tríplice Aliança pelos países da Alemanha, Austro-Húngaro e Itália, fruto de diplomacia;⁴
- 1884-1885, momento em que aconteceu a Conferência de Berlim, por onde várias potências europeias saíram insatisfeitas, na capital da Alemanha, convocada por Otton Von Bismarck, nela, a diplomacia é notória sobretudo na votação da ocupação e reocupação de territórios em África;
- Depois da Conferência de Berlim, nota-se a emergência da diplomacia secreta, que depois da guerra, será proibida pelo presidente Wilson dos E.U.A;
- 1907, ano da formação da Tríplice Entente, que era formada pelo Reino Unido, França e U.R.S.S.

Todavia, a morte do príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro, Francisco Fernando, serviu apenas para agitar, aquilo que foi o primeiro conflito de carácter Mundial.⁵

Nesta guerra ainda se constaram momentos importantes como é o caso das 3 fases, que se denominam:

- Fase de movimento (1914);
- Fase das trincheiras (1914-1918);
- Fase de movimento (1918).⁶

Esta guerra terminou em Novembro de 1918, com o Tratado do Armistício de Rethondes, em França.

Uma das consequências “positivas” que esta guerra trouxe, foi a criação da SDN, por iniciativa do presidente Wilson dos E.U.A. que é considerada como a primeira Organização Internacional, onde se experimentou o funcionamento da diplomacia multilateral aberta, sendo, o seu objectivo principal a manutenção da paz internacional, o que atingia a África e outras Nações através dos reflexos da colonização e de protectorado.

⁴É importante dizer que até este momento, faltavam 32 anos para o desencadeamento da 1ª GM, mesmo assim, a tripla que irá confrontar com a Tripla Entente, já esteve constituída muito antes, porque o problema das rivalidades (Políticas, económicas) na Europa era um facto antigo.

⁵O conflito abrange todo o mundo embora o palco tenha sido a Europa, através das ex- colónias e aliados.

⁶A Diplomacia nas três fases é notório sobretudo na 2ª por ser o momento em que os E.U.A. entra na guerra, isto é em 1917, uma vez que na fase inicial foi um País neutro, porém, efectuou – se negociações que resultaram a sua aliança a tríplice Entente, o que irá influenciar na vitória do mesmo.

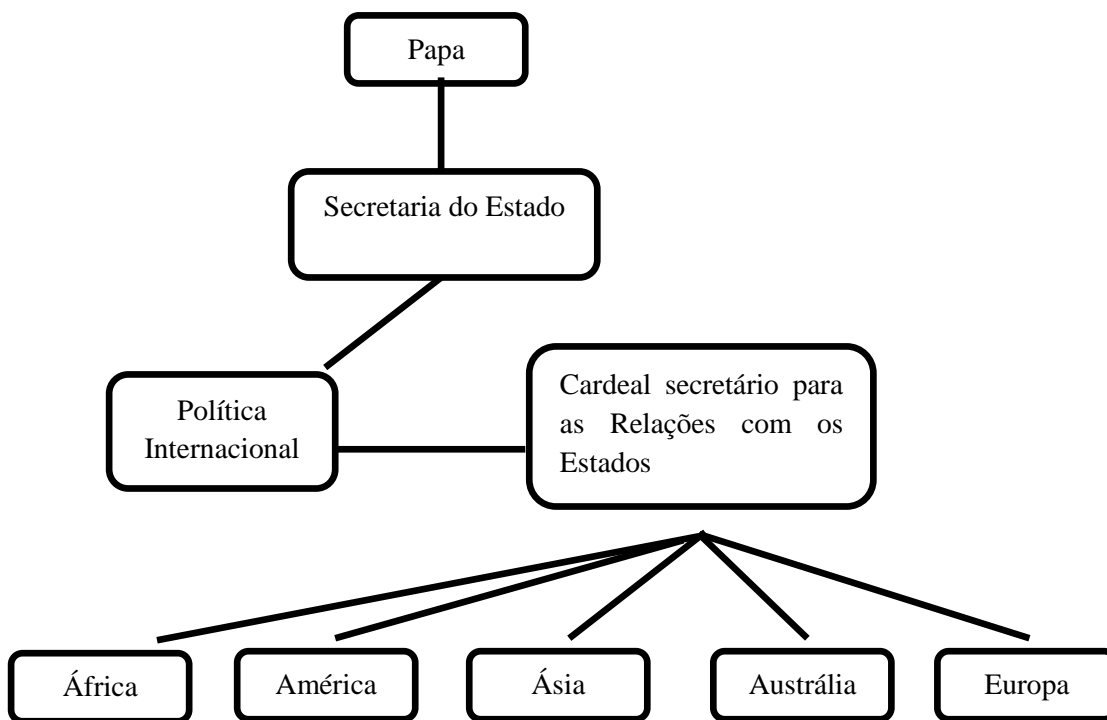
Contudo, a SDN, era constituída por 3 órgãos principais que são:

- “Assembleia;
- Concelho;
- Secretariado” (Duroselle, 2013, p. 61).

Tratado de Latrão, assinado em Fevereiro de 1929, entre o presidente Benito Mussolini e o Papa Pio XI, é considerado como aquele que dá firmeza ao Vaticano, como um Estado capaz de intervir no cenário político internacional sem descurar a sua posição anterior, sobretudo naqueles Estados, cujo, a maior comunidade religiosa é Cristã Católica. A diplomacia do Vaticano, tem um lado excepcional na resolução de conflitos, o que tem resultado em vitórias, como prova temos na actualidade o reacender das relações dos E.U.A e a Cuba.

Todavia, o Vaticano é um Estado com uma diplomacia singular, o que se pode estruturar da seguinte forma:

Estrutura orgânica do governo da Santa Sé



Fonte: Elaborado pelo Mestrando Mateus B. Tch. Joaquim, de acordo com obra de Jean-Michel Meurice – O Verdadeiro Poder do Vaticano, 2011, p. 17.

A história diplomática da Santa Sé que é feita no Estado do Vaticano, também viveu momentos difíceis, onde se destaca o grande Cisma do Ocidente que aconteceu na idade Média, isto é, de 1378-1417, no qual a Igreja Católica teve dois Papas, um, em Avignon (França) e outro em Roma (Itália), uma situação que terminou no Concílio de

Constança em 1417, enquanto a unificação da Itália, quando o Papa Pio IX exigia para a Igreja, um território próprio, uma situação que interromperá o papel da Santa Sé, como o protagonista das Relações Internacionais, com maior realce na Idade Média, o que se reiniciará em 1929, ano em que aconteceu a “famosa” Concordata que é o “Tratato del Laterano”⁷, na qual se reconhece a cidade do Vaticano como um Estado (Lukamba, 2014, p. 252).

Assinados os Acordos de Latrão, o presidente italiano, anos depois se juntará a Hitler por via diplomática, juntos incentivaram um dos maiores conflitos da história da humanidade.

A II Guerra Mundial, teve uma duração de 6 anos, e foi o maior conflito na história da humanidade, isto é, incluindo perdas de vidas humanas, em aproximadamente 50.000.000 na sua maioria europeus, famílias desalojadas, destruição de infra-estruturas.

Foi um conflito que marcou a história diplomática contemporânea, desde o início em 1939, até ao seu término em 1945. Assim sendo, apontam-se como principais causas desta guerra, os seguintes acontecimentos:

As decisões vindas do Tratado de Versalhes de 1919, por causa das duras medidas que saíram deste tratado, que afectavam sobretudo os países derrotados, com maior ênfase, a Alemanha⁸.

O Nazismo e o Fascismo, são duas ideologias políticas, uma da Alemanha e a outra da Itália, que se cruzam em 1936 no plano diplomático, transformando-se num único objectivo, que actuavam como duas grandes armas, isto é, “*Violência e Propaganda*” (NSiangengo, 2011, p.108), o que de certa forma, irá influenciar no enfraquecimento das democracias ocidentais. Porém, a união de Hitler e Mussolini, também suscitou desconfiança, sobretudo do lado de Mussolini, o que iria travar os planos das duas potências que provocaram a II Guerra Mundial. Todavia, a aliança entre estas Nações, tornasse um facto, no governo em que o titular da diplomacia Italiana, foi Conde Ciano, um diplomata que fortificou as relações entre os dois Estados (Duroselle, 2013, p. 190).

⁷A Frase “Tratato del Laterano” está na Língua Italiana, traduzindo na Língua Portuguesa, significa “Tratado de Latrão”.

⁸A Paz de Versalhes, ditava medidas que parecia cruel, que mesmo assim, obrigaram a Alemanha a aceitar tendo em conta o clima que se vivia naquele momento na Europa, o que veio facilitar o seu ingresso na SdN. A resposta desta obrigação foi com a subida de Hitleir ao poder (1933- 1945).

O segundo reforço entre Berlim e Roma, acontece em 1937, na perspectiva da diplomacia assinada entre o governo Japonês e Alemão em 1936, que é “Anti-Komintern” que consistia em combater o Comunismo Soviético, pelo facto, da ex-URSS, ser o líder na Europa e Ásia, deste regime, sempre no espírito de se manter a confiança entre dois Estados (Idem, p. 196).

O Problema da Checoslováquia, tem a ver sobretudo com as fronteiras, entre a Alemanha, na qual Hitler exigia de volta a parte que lhe cabia por direito.

Todavia, a derrota de Hitler, tem inicio, quando ignora o acordo que tinha assinado com Estaline, momentos antes do desencadear da guerra, uma situação que também de um lado, fez com que a Cimeira entre Roosevelt e Churchil de Agosto de 1941, acontecesse, de que resultou a “ Carta do Atlântico”, que é considerada como um documento diplomático, no qual esteve contido a prioridade da luta contra a Alemanha, a contar com a entrada dos E.U.A, o que resultou na formação de uma quadra, constituído por: Inglaterra, França, E.U.A. e U.R.S.S. (Mongiardim, 2007, p.125).

A história diplomática, que se repetiu nesta guerra, desde o momento que os E.U.A. entraram na guerra, o que, mais uma vez, influenciou a vitória dos aliados, nomeadamente Inglaterra, França, U.R.S.S. e mais tarde os E.U.A.

Nos dias de hoje, a diplomacia, continua a ser uma discípula directa da arte política, que se resume em governar os povos (Maltez, 2002, p.259). Por mais que esteja virada para a política a externa, toda a diplomacia tem como fim o cidadão e o seu bem-estar.

Entretanto, o fim da II Guerra Mundial deixou marcas negativas, sobretudo no diz respeito aos danos materiais e humanos, e também positivos sobretudo no âmbito diplomático.

1.3.4.1. Consequência da II Guerra Mundial para a Diplomacia

A II Guerra Mundial serviu de lição para os Europeus, mas também para os africanos, americanos, asiáticos e os australianos, por causa dos danos humanos e materiais que deixou.

Com o fim deste conflito, o mundo inicia uma Nova Ordem Mundial, um princípio que diria, que teve a sua génese, nos líderes vencedores da Guerra, nomeadamente Churchil de Inglaterra, Roosevelt dos E.U.A. e Estaline da ex-U.R.S.S, o que Kissinger consubstancia com as seguintes frases:

“Cada um dos vencedores falava segundo a experiência histórica da sua Nação, Churchill queria reconstruir a Grã - Bretanha, França e a Alemanha derrotada... Rosoovelt anteviu uma ordem dos pós-guerra onde os três vencedores, juntamente com a China, actuariam como um quadro de directores do mundo, impondo paz a qualquer potencial agressor mal-intencionado, que ele pensava ser provavelmente a Alemanha - uma perspectiva que ficaria conhecida como four policemen⁹ já Estaline reflectia tanto na sua ideologia comunista como a política do seu país, estendendo a influência Russa à Europa Central e queria transformar os países conquistados pelos exércitos soviéticos em zonas-Tampão para a Rússia de qualquer futura agressão Alemã” (Kissenger, 1996, pp. 343-344).

Em 1945 surge a O.N.U., fruto da conferência de S. Francisco, que originou esta organização de carácter internacional, onde é realizada a diplomacia multilateral até aos nossos dias, em substituição da S.d.N.

Após a criação da ONU, começa-se a dar os primeiros passos para se iniciar o processo de descolonização. No caso de África, a descolonização foi conduzida pela corrente Pan-africanista, na qual, o Ghana foi o primeiro país a ser independente em 1957 e no ano 1960, um bom número de países africanos também já eram independentes. Por isso, é que nos anos 60, do século XX, é consagrado como o ano da África, o que influenciou no surgimento da O.U.A. a 25 de Maio de 1963, na Etiópia, naquilo que será a primeira organização africana, que em 2002 passou para U.A, cujo objectivo principal numa primeira fase foi a libertação dos países africanos, que ainda não tinham sido independentes e mais tarde a partilha dos problemas que afligiam a África, assim como a manutenção da paz e da segurança, o que nos remete para a diplomacia multilateral.

Entretanto, o surgimento de várias organizações internacionais e regionais no período depois da guerra, fez com que os estudiosos em Relações Internacionais, os agrupassem da seguinte maneira:

- 1- “Organizações de Cooperação Política: São aquelas que velam pela questão da organização das Cidades, entre elas destacam-se a O.N.U. que foi fundada em 1945, conforme já fez referência acima, o seu funcionamento é universal. Contudo, são incontornáveis as organizações de carácter regionais, como é o caso da U.A. a partir de 2002 e da O.E.A, que foi fundada em 1945.

⁹Four Policemen – significa quatro polícias, para o presidente Franklim Roosevelt, os três vencedores mais a China, seria os fiscais do mundo para a manutenção da paz. Esta influência dos E.U.A. à China irá se fazer sentir até no surgimento da O.N.U. e na Elaboração da carta, esta é uma das razões da inserção da China como membro do Conselho de Segurança Permanente, mesmo não sendo vencedor.

- 2- Organizações de Cooperação Militar: Sendo aquelas que velam pela questão da segurança e da manutenção da soberania, incluindo as Forças Armadas, nela destacam-se a OTAN, que surgiu em 1949 e o Pacto de Varsóvia que tinha sido fundado em 1955, que desapareceu com o fim da Guerra - Fria.
- 3- Organizações de Cooperação Económicas: São aquelas, que velam pelas questões monetárias dos Estados-membros, como é o caso da O.C.D.E. fundada em 1948, o FMI em 1945, a BIRD também em 1945, a PNUD em 1965, a GATT em 1948 e muito mais.
- 4- Organizações de Cooperação Social Humanitária: Sendo aquelas que velam pelas acções sociais e humanas, sempre no espírito do bem-estar das populações, como é caso da O.M.S. fundada em 1948 e da UNICEF fundada em 1945.
- 5- Organizações de Cooperação Científica, Cultural e Técnica: Sendo aquela que promove o conhecimento científico, cultural e tecnológico entre as Nações, é o caso da UNESCO que foi fundado em 1946 e da AIEA em 1957”¹⁰.

É neste espírito que as Organizações Internacionais e Regionais desempenharam um papel preponderante, pelo facto, de contribuírem para uma institucionalização da cooperação entre Estados, o que certa forma, favorece a consolidação da estrutura interestadual (Savite, 2015, p.58).

Neste sentido, nas organizações internacionais e regionais, a diplomacia é notável sobretudo quando se aproxima a eleição para um determinado cargo, dentro da própria organização, ou ainda quando há interesses, ou mesmo quando acontece um encontro entre os Estados membros e, dois Estados podem aproveitar, rever o que não está bem no âmbito da diplomacia bilateral.

1.4.Instrumentos da Política Internacional e Métodos Evoluídos¹¹ para Negociação

A Diplomacia é fruto das Relações Internacionais. Neste princípio, é relevante enunciar os instrumentos principais que têm conduzido a política internacional entre Estados, sobretudo na época contemporânea:

- “Diplomacia;
- Acção Privada;
- Propaganda;

¹⁰ Conteúdo elaborado de acordo o material de apoio da Unidade Curricular de Organismos e Organizações Internacionais do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, da Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologia, ano lectivo 2015/2016.

¹¹Métodos Evoluídos segundo Adriano Moreira, são aqueles que os diplomatas devem usar para que a acção diplomática tenha êxitos.

- Acção Económica;
- Imperialismo e Colonialismo;
- Fenómeno Guerra” (Tomé, 2011, p.5).

Estes instrumentos é que tornam cada vez mais um Estado soberano, na medida em que é livre em negociar, por isso, na sua execução é indispensáveis os métodos evoluídos para a arte de negociação, uma vez que, os métodos são vias a seguir para se alcançar um determinado fim, o que fará ser possível atingir com eficácia os interesses de um determinado Estado, virados à política externa. Todavia, no diz respeito à negociação diplomática, visto que, a diplomacia é considerada como o principal instrumento da política externa, são aconselháveis os seguintes métodos:

- “Método diplomático da Grécia e de Roma;
- Método diplomático Italiano dos séculos XV e XVI;
- Método Francês dos séculos XVII, XVIII e XIX;
- Método determinado pelas duas grandes guerras Mundiais” (Moreira, 2014, pp.85- 86).

Portanto, é com base esta fundamentação teórica, no qual se aprenderam conceitos, percurso histórico da diplomacia, assim como instrumentos e métodos evoluídos para as negociações diplomáticas, que se está em condições de se analisar a diplomacia angolana.

Capítulo II – A Construção da Diplomacia angolana

2.1. Sua origem

A construção da diplomacia angolana, não está isenta daquilo que foi o processo de descolonização, na medida em que os movimentos de libertação nacional, nomeadamente: MPLA, FNLA e UNITA, recebiam apoio do exterior, com a finalidade de libertarem Angola da colonização, criando neles uma capacidade recorrente na interacção e negociação com outros Estados. Entretanto, este processo de descolonização, se recuamos no tempo, teve os seus primeiros sinais com o aparecimento das elites de intelectuais angolanos, no interior e exterior deste país, assim como a emigração dos angolanos para outros países (Copoco, 2012, p.99), mais precisamente, na década de 50.

Aliás, o período referenciado, talvez não seja o melhor para identificar os primeiros sinais da construção da diplomacia angolana, uma vez que, se as elites surgiram, graças ao fracasso do Império português, que sofreu a sua primeira ruptura em 1822, data da proclamação da independência do Brasil (Campos, 2011, p.109). De facto, com a independência deste território, iniciava-se uma diplomacia que se livrava da colonização portuguesa, facto que, veio a influenciar na descolonização de outros territórios lusófonos que passavam pela mesma situação.

A vontade brasileira de ver uma Angola independente e posteriormente como um Estado soberano, comprovou-se desde que o Brasil se tornou no primeiro país a reconhecer a sua independência, isto é, logo a seguir à proclamação da respectiva independência, feita pelo seu presidente António Agostinho Neto (Kanda, 2005, p.62).

Retomando à questão do fracasso do Império português, teria sido nulo com a realização da Conferência de Berlim (1884-1885), mas porém, a maneira como Portugal administrava as restantes colónias, obrigou a comunidade internacional a pressioná-lo, de forma a conceder-lhes independência, esta pressão, por sua vez, originou a transformação desta colónia em Províncias Ultramarinas, o que fez com que, alguns angolanos tivessem o privilégio de ter o direito à formação (ensino básico) e ainda outros que faziam parte da classe de assimilados¹², serem enviados para a Metrópole, com o objectivo de avançarem na sua formação académica. De facto, são estes formandos, que com as influências externas originaram a fundação dos movimentos que

¹²Assimilados eram aqueles nativos das ex-colónias portuguesas, que renunciaram as suas culturas e abraçaram a cultura portuguesa.

libertaram Angola da colonização portuguesa, que mais tarde passaram para partidos políticos, nomeadamente:

- MPLA: Fundado a 10 de Dezembro de 1956, reconhecido pela O.U.A. em Março de 1974 e posteriormente a 21 de Outubro do mesmo ano, foi assinado com as autoridades portuguesas um acordo de tréguas que deu legitimidade ao movimento.
- FNLA: Com a sua fundação em 1962, foi reconhecido pela O.U.A. em 1963, sendo legalizado pelas autoridades portuguesas também em Outubro de 1974.
- UNITA: Fundado a 13 de Março de 1966, sendo o primeiro movimento a ser legalizado pelas autoridades portuguesas a 14 de Julho de 1974 e por último reconhecido pela O.U.A. em Dezembro do mesmo ano (MBunga, 2013, pp. 35-36).

Estes movimentos actualmente partidos políticos, tornaram-se incontornáveis na história diplomática angolana, na medida em que resultaram das negociações e foram recebendo apoios de vários países; embora alguns tenham desistido no decorrer da guerra colonial, e outros por sua vez, continuaram até ao momento da transição do Comunismo para a Democracia, facto que ocorreu com assinatura dos Acordos de Bicesse, a 31 de Maio de 1991.

No entanto, Garthoff afirma que a FNLA, era apoiada pelo presidente Mobutu Sesse Seko do Zaire, hoje República Democrática do Congo, pelos E.U.A, Argélia, Marrocos, Tunísia, Índia, República Popular da China e pela Roménia; ao passo que, o MPLA, era apoiado pelo Partido Comunista Português (PCP), o que com a demissão de Spínola, foi substituído pela U.R.S.S. (Garthoff, Apud, Silva, 2013, p.88).

Todavia, Cuba entra no cenário político angolano a partir do ano de 1965, período que oficialmente marca os seus primeiros contactos com MPLA (Savite, 2014, p.36). Porém, a ambição da ex-U.R.S.S. por África, sobretudo nos primeiros momentos em que estava a decorrer a Guerra Fria, não deixou de fora Angola, uma situação que alcançou o seu apogeu após a proclamação da sua independência, tendo obrigado o reforço entre a ex-U.R.S.S. e o MPLA; o mesmo aconteceu com Cuba (Copoco, 2012, p. 131), fazendo com que, a primeira guerra civil da história angolana (1975-1991), envolva-se de forma diplomática os seguintes países: Congo Belga, Congo Kinshasa, Zâmbia, Namíbia, ex-U.R.S.S, Cuba, África do Sul e E.U.A (M'Bokolo, 2011, p.610).

Por sua vez, a UNITA, era apoiada pela França, pelo presidente Zambiano Kenneth Kaunda e outros líderes africanos (Silva, 2013, p.89), um cenário que mudou

após a proclamação da independência, notando-se consideravelmente o apoio da África do Sul e dos E.U.A.

Este relacionamento dos partidos políticos com diferentes países, criou para Angola uma rotina, cujos benefícios se fizeram sentir, desde a época em que o país foi reconhecido como um Estado livre, soberano, cabendo-lhe também, o direito de iniciar as relações diplomáticas com outros Estados e o ingresso nas organizações de carácter regional e internacional.

Porém, se esta independência foi proclamada, graças à influência de muitos países, importa destacar um deles - os E.U.A.

2.2. Influência dos E.U.A.

Os E.U.A. são incontornáveis, na construção da diplomacia angolana, sobretudo aquela que é feita dentro dos princípios democráticos. Muito antes da proclamação da independência, os americanos sempre estiveram atentos e envolvidos no caso angolano. Apesar dos seus interesses, nomeadamente no petróleo, uma situação que se começou a arquitectar desde a governação do presidente Dwight David Eisenhower (1953-1961), e que se tornou real no governo de John Kennedy (1961-1963) (Fernandes, 2004, p. 61), que muitas das vezes fez tudo, para que o caso de Angola, merecesse audiência nas Nações Unidas.

A influência dos E.U.A., no caso de Angola, iniciou-se em 1993, data em que formalmente o governo americano, reconheceu a soberania do governo angolano (Kanda, 2005, p.64). Ora, o contacto entre os líderes dos movimentos de libertação de Angola e os E.U.A. está datado num tempo mas recuado, precisamente, nas décadas 50 e 60 do século XX.

Entretanto, a 20 de Abril de 1961 a Assembleia-Geral das Nações Unidas, aprovou por 73 votos a favor, 2 contra (Portugal e África do Sul) e 9 abstenções, a resolução 1603, que obriga o governo português a promover reformas nos territórios que administrava, no que diziam respeito os direitos humanos, liberdades fundamentais e a indicação dos membros para investigar a situação. Entretanto, no dia seguinte, isto é, a 21 de Abril, por iniciativa do presidente Kennedy dos EUA, a aprovação do caso de Angola pela Assembleia-Geral, fez com que Portugal fosse forçado a efectuar reformas em Angola, com urgência (Savite, 2014, p. 31).

Todavia, o interesse americano pelos países cujo petróleo se apresenta como um recurso natural abundante, é antigo; facto que se comprova em Angola, da época colonial até à actualidade, bem como na Líbia e no Iraque.

Neste sentido, o problema de Angola internacionalizou-se sobretudo quando os respectivos partidos políticos, recebiam apoios de países acima referidos, sobretudo, nas vésperas da Guerra-Fria, o que fez com que, os E.U.A, aumentassem cada vez mais a pressão a Portugal, de forma a que a ex-U.R.S.S. não tivesse espaço em África.

Mesmo depois da proclamação da independência de Angola, por causa das influências da ex-U.R.S.S. ao MPLA, o país não tinha como não ser governado dentro dos princípios de uma diplomacia marxista-leninista. Como consequência, o governo angolano não foi reconhecido pelo governo americano, o que vigorou até 1992, ano em que Angola realizou as suas primeiras eleições.

A situação preocupou o governo angolano por se tratar de uma superpotência. Embora, esta não reconhece-se aquele governo, o seu interesse na exploração do petróleo angolano manteve-se.

No entanto, só a partir do dia 19 de Maio de 1993, por iniciativa do presidente Bill Clinton, os americanos se pronunciaram dizendo:

“Tenho o prazer de anunciar hoje o reconhecimento pelos E.U.A. do governo de Angola (...) depois de anos de guerra civil, o povo de Angola viveu eleições multipartidárias que os E.U.A, as Nações Unidas e outros fiscalizaram e consideram livres e justas (...)” (Kanda, 2005, p.64).

O interesse pelo petróleo angolano, motivou cada vez mais os americanos a não ficarem de fora, nos problemas de Angola.

No entanto, estes envolveram-se mais uma vez nas negociações diplomáticas sobre a paz em Angola, sobretudo com a vinda a Luanda, do Subsecretário Adjunto para Assuntos Africanos, Werren Clark, no dia 3 de Agosto de 1989, o que fez com que as recomendações saídas deste encontro, com as autoridades angolanas, fossem transferidas para Portugal, que de um lado, podia se perceber como o alicerce dos Acordos de Bicesse (Valentim, 2011, p. 78).

O facto de os E.U.A. serem membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem-lhe facilitado bastante, na intervenção dos países em conflito, sobretudo naqueles que são detentores de petróleo. Por isso, importa salientar que a preocupação dos americanos por Angola, tem crescido cada vez mais. Essa

preocupação, prende-se com o intuito de fazer desaparecer para todo sempre o espírito marxismo-leninismo, que até hoje ainda vigora naquele país.

Como consequência, nos dias de hoje, em Angola, já se pode dizer que a diplomacia existente, os seus princípios e a sua finalidade, costumam ser traçados dentro dos parâmetros democráticos, uma realidade, que é fruto da luta do povo angolano e singularmente do partido UNITA com a influência dos E.U.A., com especial destaque para Jonas Savimbi.

Portanto, além da sua influência para a mudança ao regime democrático, os americanos também desempenharam um papel preponderante na proclamação da independência, o que serviu de canal e deu o direito para a inserção de Angola nas organizações regionais e internacionais.

2.3. Angola e as Organizações Internacionais

Antes de tudo, é importante referir que as organizações internacionais dividem-se em dois grandes grupos, que são: Organizações Governamentais e as Organizações Não Governamentais (ONG). Porém, iremos falar das governamentais.

Angola, após a conquista da sua posição como Estado independente, os seus líderes não cruzaram os braços, podendo destacar-se o presidente António Agostinho Neto, que em 1975, iniciou a liderança do processo de inserção de Angola nas organizações regionais e internacionais, o que internacionalizou cada vez mais a diplomacia angolana, tal como, a sua aproximação aos Estados que na época já eram independentes e experientes, para que em uníssono pudessem partilhar os problemas que afligem o mundo e África e posteriormente encontrar soluções.

Todavia, Birou define organizações internacionais como sendo:

“Associações voluntárias de sujeitos de direito internacional, regulamentada nas relações entre as partes por normas de direito internacional e que se concretiza numa entidade de carácter estável, dotada de um ordenamento jurídico interno próprio e de órgãos e instituições através dos quais prossegue fins comuns aos membros da organização e o exercício de poderes necessários que lhe tenham sido referidos” (Birou, 1982, p.288).

Aliás, podemos também perceber organizações internacionais como associações criadas para Estados e únicas entidades colectivas que têm servido como base de sustento do desenvolvimento do direito internacional público como sujeito do direito internacional (Moco, 2009, p.23).

Desta forma, as organizações internacionais podem-se definir como associações vocacionadas a resolverem problemas que afectam sobretudo os Estados membros, assim como os não membros, com a finalidade de preservar a paz, a dignidade das pessoas envolvidas.

Neste sentido, a entrada de um país numa organização internacional é um direito livre. Entretanto, é este direito que ainda estava em falta no momento em que Angola alcançou a independência (1975), em alguns países de África como é o caso da Namíbia, que com a presença de Angola nas organizações internacionais e da instalação das suas missões diplomáticas permanentes em vários países do mundo, a sua influência se fez sentir na proclamação da independência do país referido.

A influência de Angola fez-se sentir desde que Chester Crocker se encontrou com Jonas Savimbi, em Fevereiro de 1985 na cidade do Cabo (África do Sul) (Muekalia, 2013, p.191).

Entretanto, ainda de acordo com a mesma fonte, e na mesma página, a conclusão deste encontro, orientava a retirada faseada das tropas cubanas em Angola que apoiavam o MPLA, em troca também da retirada das tropas sul-africanas do Sul de Angola, que por sua vez, apoiavam a UNITA, nas mesmas conclusões, inclui-se a questão da independência da Namíbia. De facto, esta proposta, tornou-se realidade depois da Batalha do Kuito-Kuanavale (1987-1988), uma guerra que aconteceu em Angola, na qual a tropa sul-africana, foi derrotada pela tropa cubana, tendo originado os acordos de Nova Iorque (1988), que envolveram Angola, África do Sul, Cuba e E.U.A, onde se exigiu a retirada imediata dos cubanos e dos sul-africanos em Angola, caso o governo racista sul-africano aceita-se libertar o sudoeste africano (Namíbia)¹³.

No entanto, a entrada de Angola em algumas organizações regionais e internacionais de destaque, obedeceu à seguinte ordem cronológica:

- Organização da Unidade Africana (O.U.A.) e posteriormente União Africana (2002), em 1975;
- Organização das Nações Unidas (O.N.U.), em 1976;
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em 1980;
- Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1989;
- Banco Mundial (BM) também em 1989;
- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992;

¹³N.B: A independência da Namíbia dependia da África do Sul, pelo facto, dos sul-africanos terem sobre o seu domínio nos anos 80, o sudoeste africano (Namíbia).

- Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em 1996 como um dos fundadores;
- Organização Mundial do Comercio (O.M.C.), em 1996;
- Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 2007¹⁴.

De facto, as organizações internacionais como é o caso da ONU, normalmente, apresentam um modelo de funcionamento, que visa uma governação global, que assume um fim específico, económico, militar e de segurança, social, cultural, humanitário, técnico e científico, embora, em caso de intervenção militar os Estados membros da organização, têm disponibilizado as suas forças militares (Maltez, 2002, p.171).

Não obstante, importa ainda dizer, que a aderência às organizações internacionais não está isento daquilo que têm sido os ventos da globalização, visto que, elas permitem a centralização dos objectivos da política, da economia, da acção social e humanitária global ou regional, para que possa desenvolver um único rumo.

Por conseguinte, a inserção de Angola nas organizações regionais e internacionais, contribui de forma positiva no fortalecimento da sua diplomacia, cujos efeitos iniciaram e fizeram-se sentir, sobretudo no momento em que Angola alcançou a paz, em 4 de Abril de 2002.

2.4. A Diplomacia e a Guerra Civil

Angola é um país, que após a proclamação da independência, vivenciou uma guerra civil, que vários historiadores, tais como: Elikia e Abubakar, dominaram-na como a 1ª fase (1975-1991), que ocorreu entre o MPLA contra a FNLA e depois o MPLA contra a UNITA, onde nela intervieram alguns países, tais como: Congo Kinshasa, Zâmbia, Namíbia e posteriormente a URSS, Cuba, África do Sul e E.U.A (M'Bokolo, 2011, p.60).

Talvez, esta guerra civil que aconteceu em Angola no momento pós-independência, teria solução se o MPLA convidasse dirigentes de outros partidos históricos (FNLA e UNITA), para um diálogo sério, com o intuito de, posteriormente formar um governo de unidade e reconciliação nacional (MBunga, 2013, p. 75). Ao contrário disto, o MPLA após a independência, esqueceu-se dos partidos que juntos lutaram contra o colono português, o que de certa forma, adiou o plano de acordos de

¹⁴<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

Alvor (Janeiro de 1975), tendo originado, o mono-partidarismo que terminou em 1992, com a realização das primeiras eleições em Angola.

Entretanto, no espaço de 1975 a 1991, mesmo em ambiente de guerra, destaca-se o início das relações diplomáticas de Angola com os seguintes países:

Portugal: Reconhece Angola como um Estado independente em Fevereiro de 1976. Em Março de 1977, o Embaixador João Sá Coutinho, apresenta as suas credenciais ao presidente António Agostinho Neto. Já em 1978, abre-se a Embaixada de Angola em Portugal (Lisboa), na qual o primeiro Embaixador foi Adriano Sebastião, que apresentou os suas credenciais ao presidente António Ramalho Eanes.

No entanto, em 1982 abre-se uma nova etapa no relacionamento bilateral, que foi marcado por 3 acontecimentos importantes:

- 1- A realização em Lisboa no mês de Março da reunião da comissão mista;
- 2- A visita de Estado à Angola do presidente António Ramalho Eanes em Abril;
- 3- A assinatura em Luanda de acordo de cooperação económica no mês de Agosto.

Ainda dentro da 1ª fase da guerra civil, o processo das relações de Angola e Portugal foi dando sequência, até que, mais uma vez, isto é, de 1986 à 1990, aconteceu o seguinte:

- A estabilidade política em Portugal inaugurada em Novembro de 1985, com uma década de governação do Partido Social Democrata (PSD), tornou-se propícia às acções de cooperação;
- O Desmoronamento do antigo regime do Leste Europeu;
- Como consequência, o MPLA, o então partido único, opta pela abertura da sociedade a um sistema de democracia pluripartidária e de economia do mercado livre. Não obstante, em 1987 o presidente José Eduardo dos Santos, visitou Portugal pela primeira vez como chefe de Estado.¹⁵

Talvez, a primeira visita oficial do chefe do Estado angolano a Portugal, não é das melhores, uma vez que, tinha como objectivo principal, fortificar os laços de amizade e cooperar em negócios, na medida em que em Março de 2009, aconteceu outra, que segundo Adolfo Maria, se resume:

“Negociar melhor a cooperação e investimentos em total pé de igualdade;
Estreitar laços culturais entre os dois países, particularmente na educação,
onde Portugal pode prestar boa ajuda;

¹⁵<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

Mostrar a importância que Angola dá à CPLP, onde o Brasil e Portugal têm prevalecido;

Angola pretende mandar na CPLP, ao lado de Brasil e Portugal” (Maria, 2015, p.123).

As relações de Angola e Portugal não passam apenas pelas visitas de chefes de Estado, mas a verdade é que cabe a eles o direito de oficializar os interesses dos dois países, que entretanto, passariam também pelo seguinte:

- Pelo respeito entre os dois povos;
- Pelo intercâmbio económico, cultural e político;
- Pela formação de quadro angolanos, visto que, Portugal é um país avançado nesta vertente.

Recuando à data da primeira visita do Chefe de Estado angolano, um ano depois (1988), acontece o II encontro de empresários dos 2 países.

Em 1990, o Secretário do Estado dos Negócios e Estrangeiros, Manuel Durão Barroso, conversa em particular na Namíbia e de forma separada com o presidente José Eduardo dos Santos e posteriormente com Jonas Savimbi, presidente da UNITA, com objectivo de procurar caminhos para a paz.

Em 1991, assinaram-se os Acordos de Bicesse, que foram incontornáveis nas relações entre os dois países, o que criou habilidades na diplomacia de um país que naquela época tinha apenas 16 anos de carreira diplomática, que é Angola. Porém, se as negociações de Bicesse aconteceram, graças o empunho de países como: República Democrática do Congo, Portugal, E.U.A. e a Organização das Nações Unidas.

Até nos dias de hoje, Angola e Portugal cooperam fortemente nos domínios do comércio, ensino e na banca.¹⁶

Na verdade, pode afirmar-se que Portugal é o maior parceiro de Angola no quadro da cooperação, por causa do fluxo de movimentação recíproca dos cidadãos dos dois países, que tem sido frequente.

E.U.A: Conforme se referiu, as relações diplomáticas de Angola e E.U.A. formalmente, iniciaram-se, apenas em 1993. De facto, esta afirmação não significa dizer que nos anos anteriores, não havia relações entre os dois países, antes pelo contrário, na administração de George H.W. Bush, a 6 de Janeiro de 1989, numa carta dirigida a Jonas Savimbi, o governo americano garantiu a sua ajuda à UNITA, até mesmo, quando se alcançasse a paz vinda dos acordos de Bicesse (1991) e ainda de acordo um artigo

¹⁶<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

assinado por George Lardener, a 3 de Outubro de 1990, no *Washington Post*, esta ajuda rondava por volta de 50 a 60 milhões de dólares, uma boa parte deste dinheiro destinava-se à compra de armamento (Fernandes, 2004, p.50).

Entretanto, talvez se possa interpretar que, o que condicionou o início formal das relações entre os dois países, pelo menos nos 5 primeiros anos (1975-1980), foi o facto do primeiro governo encabeçado pelo presidente António Agostinho Neto, ter inclinado no marxismo-leninismo, da ex- U.R.S.S., como orientação governativa.

No entanto, a aderência de Angola à democracia com as primeiras eleições em 1992, veio dar um outro rosto nas relações entre os dois países, sobretudo quando em 1993 o governo americano na administração de Bill Clinton, reconheceu formalmente o governo angolano.

Hoje, os dois países cooperam sobretudo nos seguintes domínios:

- Energia;
- Petróleo angolano;
- Remoção de minas terrestres.

Com o fim da guerra civil em Angola, os objectivos da política externa americana para Angola, têm sido a promoção e o fortalecimento das instituições democráticas, a prosperidade económica a consolidação da paz e da segurança.

Para reforçar estas relações, em 2009, a então Secretária de Estado Norte Americana, Hillary Clinton visitou Angola, na mesma senda, o presidente José Eduardo dos Santos, efectuou também a visita de Chefe de Estado, onde foi recebido pelo presidente Barack Obama na Casa Branca¹⁷.

Brasil: Segundo a história de Angola, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer Angola, como um Estado independente, conforme foi referido anteriormente.

Entretanto, as relações diplomáticas entre os dois Estados tiveram o início, em 1975. De lá para cá, os seus laços, têm sido fortalecidos constantemente, no âmbito, económico, histórico e cultural.

De facto, as suas relações, levou-os a cooperarem sobretudo no sector empresarial e na construção, o que é justificado pelo seguinte:

- Petrobás: É uma empresa que tem cooperado com a empresa Sonangol angolana.

¹⁷<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

- Odebrecht: É uma empresa brasileira que opera em Angola, encarregue na construção sobretudo de esgotos, que nos dias de hoje tem minimizado o problema do saneamento básico.
- Queiroz Galvão: Também é uma empresa brasileira, vocacionada à construção e reabilitação de estradas e pontes.

Ainda no âmbito das relações entre os dois países, o Brasil está presente no projecto da barragem Hidroeléctrica de Capanda no rio Kuanza.

Até ao momento, reforçou-se estas relações com a visita oficial da chefe do Estado do Brasil, na altura, Dilma Rousseff, a Angola em 2011¹⁸.

Porém, o presidente António Agostinho Neto, não cooperou só com o Brasil. Ainda na fase pós-independência interessou-se por outro país Europeu.

Inglaterra: De uma forma sucinta, as relações diplomáticas de Angola e a Inglaterra, datam desde 1978, ano em que abriu-se a embaixada em Luanda do Reino Unido, dois anos depois, Angola procedeu de igual forma em Londres.

Hoje, a respectiva cooperação abarca sobretudo os seguintes domínios:

- Petróleo através Bristish Petroleum, que está a funcionar em Angola;
- O mesmo está a acontecer em Londres com Sonangol;
- Transportes aéreos;
- Agricultura¹⁹.

Porém, a par da Inglaterra, Angola procurou manter relações diplomáticas também com outro país, histórico e potente europeu.

França: Quanto a este país, as relações diplomáticas iniciaram-se oficialmente em 1977. Hoje, os dois países cooperam sobretudo nos seguintes domínios:

- Petróleo;
- Cerveja Castel, que é a principal accionista da empresa angolana cerveja Cuca²⁰, sediada na província de Benguela, concretamente no município da Catumbela.

Ainda dentro da 1ª fase da guerra civil angolana, que teve como uma das principais causas a falta da implementação da democracia, aconteceram várias negociações diplomáticas, que entre elas, destaca-se:

Negociação de Gbadolite, ocorrida em 1989, numa das localidades do antigo país do Zaire, hoje República Democrática do Congo, país que por coincidência, foi o

¹⁸ <http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

¹⁹ <http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

²⁰ <http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

promotor desta negociação, com objectivo de instalar a paz em Angola e posteriormente alinhar a construção do processo da democracia, esta cimeira, que é tida como a primeira tentativa da paz em Angola, chegou ao ponto de congregar vários chefes de Estado, fruto da acção diplomática.

Todavia, a cimeira que permitiu o primeiro encontro entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, embora não se tenha atingido os objectivos, por causa das divergências de ideias por ambas as partes (MPLA e UNITA) mesmo assim, o que realizou-se em 1989, é considerado decisivo para Angola. Para igreja Católica local, o que se passou em Gbadolite, é considerado como uma mensagem sobre reconciliação nacional, sobretudo, quando o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi apertaram as mãos (Neves, 2013, p.231), o que nunca tinha acontecido desde a proclamação da independência.

Entretanto, a não concretização dos acordos de Gbadolite, fez com que, se projectasse outras negociações, cujo palco foi Portugal.

2.5. Os Acordos de Bicesse e Diplomacia angolana

Os Acordos de Bicesse, de 1991, que originaram os Acordos de Alvor, de 1975, uma vez que, o que se abordou nele, é uma retrospectiva do que já esteve programado no plano de Alvor (a questão referente às eleições), que, se fosse tido em conta, o tempo que levaria o processo eleitoral, as primeiras eleições já seriam uma realidade desde aquela época (1975) (Marques, 2013, p.177); influenciaram bastante a diplomacia angolana, sobretudo de 1992 em diante.

Mais do que os Acordos de Bicesse, talvez os de paz de 4 de Abril de 2002, que prevalecem até aos dias de hoje, que foram os que deram início à reconstrução de um país devastado (Neves, 2013, p. 280), sejam de facto, importantes na diplomacia angolana. É com a paz de Bicesse, que Angola deu os primeiros passos na democracia, implementando o multipartidarismo, o primeiro plano da paz, que foi interrompido com os resultados das primeiras eleições, em 1992.

Estes Acordos, que têm uma trajectória longa e complexa de negociações, que obtiveram resultados positivos, graças à boa vontade política das duas partes (MPLA e UNITA), sem esquecermos o auxílio dos E.U.A, ex-U.R.S.S, Portugal e das Nações Unidas (Valentim, 2011, p.133).

De facto, se as negociações para Bicesse, aconteceram, graças à calma e paciência de Durão Barroso, que na época foi orientado pelo Primeiro-Ministro Cavaco

Silva, tendo originado a montagem de um gabinete próprio para se tratar da questão de Angola (Fernando, 2013, pp.243-244).

Não obstante, as primeiras negociações, do que veio acontecer em Portugal com a presença das duas delegações, que datam 24 de Abril de 1990, tiveram lugar em Évora e previam o seguinte:

“Reconhecimento mútuo: Este princípio foi reprovado pelo facto da UNITA, não reconhecer a legitimidade do governo do MPLA.

Exército Nacional: O MPLA falava do desenvolvimento e a UNITA de formação.

Reconciliação Nacional: O MPLA falava da reconciliação apegando-se na antiga constituição, ao passo que a UNITA defendia a questão do multipartidarismo.

Tratamento especial para Jonas Savimbi: Para UNITA, o tratamento deve ser igual para todos.

Direitos e Liberdade: O MPLA não negou mas sempre nos moldes antigos, ao passo que a UNITA, defendia que com o multipartidarismo as pessoas seriam pressuposto o direito à livre associação” (Muekalia, 2013, p.268).

Além da primeira tentativa que aconteceu em Évora, seguiram-se mais 6, naquele país, com as seguintes datas e locais:

- 1- “Teve lugar no forte de S.Julião de Barra (Oeiras) de 16 a 18 de Junho de 1990
- 2- Realizou-se no Instituto de Altos Estudos militares, de 27 a 30 de Agosto de 1990
- 3- Teve lugar em Sintra, de 24 a 25 de Setembro de 1990
- 4- Realizou-se próximo de Bicesse em Estoril de 16 a 20 de Novembro de 1990
- 5- Teve lugar em Bicesse, Estoril, de 4 de Abril de 1991
- 6- Também, realizou-se em Bicesse, Estoril, a 1 de Maio de 1991” (Valentim, 2011, pp.137-139).

Porém, o primeiro processo do plano de Bicesse em Portugal, embora, não tenha resultado, por causa das desavenças de ambas as partes, a diplomacia dos países terceiros, não parava. Entretanto, a nível interno, de Janeiro a Maio de 1991, antes da assinatura dos acordos, aconteceram os seguintes eventos de destaque:

“A Realização do Congresso da UNITA em Março, que ditou a passagem formal de Partido Armado para o Partido Político.

A Realização em Abril do II Congresso Extraordinário do MPLA, marcado pelo abandono oficial da ideologia marxista-leninista e pela pugnação de uma economia de mercado e um sistema democrático multipartidário.

Finalmente em Maio publica-se a lei constitucional revista, através da qual se abandonou o sistema económico anterior, criando assim um estado versado nos princípios democráticos” (Savite, 2014, pp.278- 279).

Os Acordos que trouxeram a democracia a Angola, foram assinados na Escola Hoteleira de Bicesse, no Estoril, em Maio de 1991, pelo presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA Jonas Savimbi, sendo testemunhado por Cavaco Silva, naquela época, Chefe do Governo Português, Durão Barroso o mediador, Pérez de Cuéllar, Secretário-Geral das Nações Unidas, James Baker, Secretário de Estado Norte-Americano, o Ministro dos Negócios e Estrangeiros da ex-U.R.S.S., sem esquecer o cardeal angolano D. Alexandre do Nascimento (Valentim, 2011, p. 214).

Segundo Alberto de Oliveira Pinto, o relatório final destes acordos ditava o seguinte:

“Um processo de Reconciliação nacional durante um período de transição, a decorrer até a realização de eleições multipartidários para uma assembleia legislativa e de eleições pluralistas para a Presidência da República
O dessoramento das FAPLA e FALA e a constituição de forças militares únicas.

A aceitação por parte do MPLA e da UNITA, em concorrerem às eleições em pé de igualdade com qualquer outro partido político

As eleições devem-se realizar num prazo de 15 a 18 meses

Durante o período de transição, a aplicação dos acordos de Bicesse seria assegurado por três órgãos constituídos por representantes do MPLA e da UNITA: A comissão conjunta para a formação das Forças Armadas Angolanas, incluindo neste processo os representantes da Troika de observadores internacionais, tais como: E.U.A. ex-U.R.S.S. e Portugal.

A O.N.U. cabia o papel de observadores e fiscalizadores através da UNAVEM II, presidida por um representante do secretário-geral” (Pinto, 2015, p.757).

Após a respectiva assinatura, Angola, em 1992, passou a ser reconhecida como um Estado democrático, pois, começou a ser governada na base dos princípios democráticos, implementando o multipartidarismo, cujo primeiro exercício se constatou quando se realizaram as primeiras eleições, em Setembro do mesmo ano.

2.6. A Diplomacia numa Angola democrática

Importa dizer, que a adesão de Angola à democracia mereceu muitas voltas, porque desde a proclamação da independência em 1975, até à sua implementação, o país foi governado pelo MPLA, que desde o início da luta armada em 1961, teve apoio da ex-U.R.S.S. e de Cuba, ambos defensores do socialismo, que tem como mentor a ex-

U.R.S.S., embora se diga que nos dias de hoje, esta superpotência tem um “socialismo moderno”.

O MPLA desde sempre foi um partido cujas influências, vieram dos países em que os seus padrões de governações, assentam no marxismo-leninismo (Cuba e a antiga U.R.S.S.).

Por isso, Jorge Valentim, tem razão ao afirmar que, se os Acordos de Bicesse (1991), que com eles se implementou a democracia em Angola, aconteceram “graças à boa vontade das duas partes” (Valentim, 2011, p.133).

Entretanto, conforme consta na história de Angola, a sua democracia teve início 17 anos depois da proclamação da independência, isto é, em 1992. Porém, o processo da construção desta democracia, teria dado um grande impulso na dinâmica da diplomacia angolana, no qual se podem destacar os Acordos de Nova York (1988) os de Gbadolite (1989) e sobretudo os de Bicesse (1991), com o qual foi possível a implementação da democracia.

Não obstante, ainda no âmbito dos alicerces de uma Angola democrática constatou-se a influência dos E.U.A., no momento em que o Senador Dennis Deconcini fez aprovar uma resolução no dia 13 de Maio, da qual fazia parte um grupo composto por 37 senadores, que conjuntamente redigiram uma carta que se dirigiu ao presidente Reagan, solicitando que incluísse Angola na agenda da cimeira, através do qual, os senadores pediram especificamente que os E.U.A. e Rússia se engajassem a encorajar o diálogo entre a UNITA e o MPLA, com a finalidade de promover a reconciliação nacional e eleições livres (Mukuela, 2013, p. 231).

No entanto, ainda os primeiros passos da diplomacia de uma Angola democrática, são notórios desde que se formam os partidos políticos e coligações, sobretudo quando muitos deles beneficiaram da influência externa, o que foi consolidado nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, sem esquecer os observadores nacionais e internacionais, as Nações Unidas e os delegados de partidos, onde participaram 18 partidos políticos e coligações de partidos, nomeadamente:

- MPLA (Movimento popular de libertação de Angola);
- UNITA (União Nacional para Independência total de Angola);
- FNLA (Frente Nacional para independência total de Angola);
- PRS (Partido de Renovação Social);
- PLD (Partido Liberal Democrático);
- PRD (Partido Renovador Democrático);

- PAI (Partido angolano Independente);
- PDLA (Partido Democrático Liberal de Angola);
- AD- Coligação (Angola Democrática);
- PSDA (Partido Social Democrata de Angola);
- PRA (Partido Renovador de Angola);
- CNDA (Convenção Nacional de Angola);
- PAJOCA (Partido de Aliança da Juventude Operários e Camponeses de Angola);
- PDP – ANA (Partido Democrático para o Progresso de Angola);
- PNDA (Partido Nacional de Angola);
- PDA (Partido Democrático Angolano);
- FDA (Fórum Democrático Angolano);
- PSD (Partido Social Democrático) (Neto, 2008, p. 141).

Contudo, a passagem de Angola a Estado democrático, teve aspectos negativos e positivos. Nos negativos, destacam-se o poder político, o que é justificado com os sinais de alguns hábitos “Marxista-Lennista” vigentes até nos dias hoje, o positivo, por parte do poder económico, porque na verdade é notável a presença do sistema de “economia concorrido”, que admite a iniciativa do negócio próprio e, conseqüentemente a classe do empresariado, um princípio que foi defendido por Adam Smith, cujas suas aspirações foram assentes no liberalismo.

Assim sendo, cada vez mais aparecem em Angola, pessoas a criarem negócios próprios e a sociedade avança rumo ao desenvolvimento, isto é, obrigando-o à reforçar várias cooperações diplomáticas no âmbito económico, o que tem tido como fim o nascimento da classe do empresariado.

Enfim, mesmo num ambiente democrático, a UNITA, sentia-se insatisfeita com os resultados das primeiras eleições de Angola, criando um clima em Angola, que fez com que a guerra voltasse a reinar, por causa dos resultados divulgados pela CNE, que deram vitória ao MPLA.

2.7. O Regresso da Guerra Civil

Antes da assinatura da paz de Bicesse, o MPLA parecia ser o único partido que destabilizava Angola, o que se justificava com a sua posição nas negociações feita antes destes acordos.

Talvez, se o resultado anunciado pela CNE, não fosse contestado pelo partido UNITA, embora o MPLA tenha ganho, com forte descontentamento e, muitas irregularidades (Maria, 2015, p.120), a guerra civil, não regressaria.

Entretanto, depois das eleições de 1992, o MPLA assim como a UNITA, todos se comportaram de tal maneira, que Angola outra vez, voltou-se para a guerra:

“MPLA: De 31 de Outubro a 3 de Novembro, milhares de angolanos, incluindo negociadores, foram mortos a tiro, à pancada, por terem exercido o direito de escolha no quadro dos seus direitos cívicos. Tanto a Televisão Pública de Angola, assim como o Jornal de Angola, não chegaram de apresentar as imagens dos mortos quando Savimbi, se apercebeu respondeu que a UNITA, vai responder violência com violência” (Muekalia, 2013, p.282).

A resposta da UNITA, foi tão exagerada, o que fez com que este partido perdesse a credibilidade na arena internacional, acontecendo o seguinte:

“UNITA: Os guardas de Jonas Savimbi quanto a sua estadia em Luanda no Miramar, depois do anúncio dos resultados das eleições, que não lhes convinha chegaram de expulsarem vizinhos, até a residência do vice - Ministro do interior, bem como as residências dos embaixadores de Portugal e da Argélia.

A UNITA, chegou ao ponto de declarar guerra aberta contra o embaixador do E.U.A. Jeffrey Millington, quando dizia que as eleições correram bem, como já referencie por cima os E.U.A. sempre apoio a UNITA, para eles parecia como um traidor.

As FALA tropas da UNITA, que também formavam o conjunto das FAA (Forças Armadas Angolana), com as FAPLA tropas do MPLA, apercebendo-se dos resultados das eleições, chegaram de abandonarem no dia 5 de Outubro de 1992 as FAA” (Valentim, 2011, pp.308-312).

Estes actos e princípios da UNITA, originaram outros acordos, que aconteceram na capital da Zâmbia.

2.8.Governo de Unidade e Reconciliação Nacional como resultado da Diplomacia

Com o regresso da guerra civil após as primeiras eleições de 1992, o cenário político angolano esteve tão complicado, chegando ao ponto de os resultados da diplomacia angolana, terem encontrado Lusaka (Zâmbia), como o centro para negociações da paz em Angola.

O GURN²¹, teve a sua origem nas longas contradições que foram acontecendo no seio dos partidos MPLA e UNITA. Talvez, Jardo Muekalia, o diplomata da UNITA nos E.U.A. estaria correcto quando afirma que o GURN, nasce a 22 de Março de 1997, período em que o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Annan, chegou a Angola (Bailundo), com objectivo de encorajar a direcção da UNITA, no sentido de acelerar o envio dos seus deputados à Assembleia Nacional (Muekalia, 2013,p.304).

Ao contrário da afirmação anterior, o GURN, é o “sinal de esperança, desde que se cumpra o prometido e desejado pelas populações”, o que não se diferencia tanto daquilo que pensou a Igreja Católica local, através da Conferência Episcopal de Angola e São Tome (CEAST):

“A partir de agora, o povo quer ver o GURN em toda parte, principalmente nas armas recolhidas e nos militares desmobilizados, na reabilitação das estradas e na plena tolerância partidária, na hora de ser angolano e na alegria de viver em paz” (Neves, 2013,p.129).

No entanto, o GURN surgiu com propósito de partilhar o poder, tendo entrado em vigor em 1997.

Assim sendo, as negociações de Lusaka ditavam os seguintes cargos para o partido UNITA:

Tabela: 1

Cargos na administração Central	Número de vagas	Cargos na administração Provincial	Número de vagas	Cargos na administração Municipal	Número de vagas
Embaixadores	6	Governadores	3	Administradores	30
Ministros	4	Vice-Governadores	7	Vice-Administradores	35
Vice-Ministros	7			Administradores Comunal	35

Fonte: Elaborado pelo Mestrando Mateus B. Tch. Joaquim, de acordo o Relatório saído do Protocolo de Lusaka 1994, fornecido pelo Secretariado Provincial da UNITA em Benguela - Angola.²²

²¹Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

²²Para mais detalhes acerca destes cargos, ver anexo I

Entretanto, é importante recordar que os cargos não mencionados em cima, incluindo os de carácter central, províncias e locais, que constituem a maioria estiveram sobre a administração do MPLA, por ser o partido vencedor as eleições de 1992.

Finalmente, o GURN angolano, vigorou de 1997 conforme já foi referenciado até 2008, tendo terminado com as segundas eleições que mais uma vez deram vitória ao MPLA, numa Angola em paz assinado a 4 de Abril de 2002.

CAPÍTULO III – A Diplomacia angolana na promoção da paz

3.1. O Petróleo

O petróleo torna-se, uma prioridade por ser o principal recurso natural que tem servido até aos dias de hoje, como alavanca do sustento da economia angolana e como a força motriz do reacender de várias relações diplomáticas.

Como decorre na História, os primeiros sinais dos poços petrolíferos angolanos foram feitos em 1915, porém, este petróleo passou apenas a ser comercializado em 1955, data que marcou a descoberta da primeira jazida terrestre a Sul de Luanda, isto é, no vale do rio Cuanza (Steand & Rorison, s.d, p. 19).

Aliás, a atenção ao petróleo angolano por parte das potências internacionais, é algo antigo, por isso, é que a proclamação da sua independência mereceu um tratamento especial, chegando muitas das vezes a ser abordado na Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme já se fez referência no capítulo anterior, não obstante, parece que o interesse pelo petróleo angolano por parte dos E.U.A, se iniciou a 22 de Janeiro de 1961, data que marcou os primeiros pronunciamentos dos americanos sobre Angola, isto é, dois dias depois da tomada de posse do presidente John Kennedy (Savite, 2014, p.30).

Entretanto, Angola sendo um dos maiores produtores de petróleo da África subsariana, com esta produção, tem sido um país, em que, a sua economia tem crescido bastante, sobretudo no período de 2004 a 2013, época em que o barril de petróleo, chegou a ser comercializado no mercado internacional aproximadamente com valores de 80 a 110 USD - americanos. Por isso, a cobiça por Angola, sobretudo nos momentos que sucederam a paz, não se resume apenas pelos E.U.A, o mesmo, tem acontecido com países como: Rússia, Inglaterra, França e China.

Neste sentido, por causa do petróleo, a diplomacia chinesa num curto espaço de tempo, isto é, 2004 a 2015, chegou a enviar para Angola, cerca de 200.000 chineses, para trabalharem sobretudo na construção de centralidades (casas) e reabilitação de caminho-de-ferro.

Com apenas uma refinaria em funcionamento que foi construída em 1958, que se localiza a cerca de 6 km no nordeste de Luanda, Angola tem produzido cerca de 2 milhões de barris de crude por dia, que por sua vez, tem sido valorizado no mercado estrangeiro, direccionando-se uma boa parte para os Estados Unidos da América e China, não obstante, para os americanos, o petróleo angolano tem constituído cerca de

5% de importações, ao passo que, para a China, Angola tem ultrapassado a Arábia Saudita, que outrora, era o principal fornecedor para este país (Steand & Rorison, s.d., 19).

Todavia, a paz angolana, veio reforçar o que tem sido o seu nome no mercado internacional petrolífero e consolidar aquilo que é o alicerce do investimento da diversificação da sua economia, o que foi possível utilizar amplamente os recursos provenientes da venda do petróleo, nos grandes mercados internacionais através de grandes parcerias que é conduzida pela SONANGOL, uma concessionária petrolífera angolana (Pavia, 2011, p.127).

Aliás, Angola depois da paz, tem sido um país bem posicionado entre os principais fornecedores da economia mundial, em maior crescimento, através das exportações que tem efectuado a partir do petróleo (Barrica, s.d., p.83).

Entretanto, o petróleo angolano tem desempenhado um papel preponderante naquilo que tem sido hoje a sua diplomacia, no que diz respeito ao seu posicionamento em África e noutros continentes, porque este recurso natural tem conseguido manter com maior realce o nome de Angola na classe de potência regional da África Subsariana. O ingresso de Angola na OPEP em 2007, veio apenas consolidar o processo de expansão no sector petrolífero e na política internacional.

Neste sentido, a presença de Angola na organização internacional petrolífera, pode diminuir aquilo que Vicente dominou de “arbitragem como meio de resolução de litígios internacionais em petrolífera”, isto significa, que mesmo como membro da OPEP, não deixa de gerar conflitos entre potências interessadas, mas sim, diminui conflitos, na medida em que é membro desta organização (Vicente, 2013, p.101).

No entanto, é nesta arbitragem, que a China encontrou uma saída que tem expandindo-se por quase toda a África. Porém, trata-se de reflexos fortes do “Consenso de Pequim”, que subalternizou o “Consenso de Washington”, chegando ao ponto de convencer Angola a interromper as negociações com o FMI, visto que, as directrizes de Pequim o interessaram bastante (Pavia, 2011, p.10).

Contudo, foi com base neste Consenso que saíram reforçadas as relações de Angola e China depois da paz.

3.2. Relações de Angola e China

Falar da diplomacia angolana na paz, é imperioso passar em revista as relações “Sino-angolanas”, uma vez que, a China tem sido nos dias de hoje, um parceiro estratégico para Angola, no que diz respeito ao financiamento de vários projectos traçados pelo Estado angolano. Entretanto, a presença chinesa em Angola, tem mostrado algumas tendências, de se querer instalar definitivamente. Porém, o fluxo populacional chinês, tem superado os portugueses, que por mais que, os contactos de Angola e Portugal datem de 1482 e, as relações de ambos os países passem por vários domínios, para não mencionar os cubanos que desde cedo apoiaram o MPLA, partido que governa, desde a proclamação da independência, na mesma, em Angola temos cerca de 200.000 chineses.

De facto, dá para entender que se trata de fortes reflexos que trouxe o “Consenso de Pequim”, na medida em que este Consenso não se preocupa tanto com a fiscalização, transparência, boa governação, onde se inclui a questão de direitos humanos, lacunas que ainda existem na governação de Angola.

Todavia, as relações “Sino-angolanas”, foram reforçadas no âmbito financeiro pela primeira vez depois da paz a 28 de Novembro de 2003, pelo Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da China, não obstante, a 2 de Março de 2004, foi assinado o primeiro acordo de crédito com Eximbank da China, relativo a um pacote de financiamento, apurado por um grupo de trabalho conjunto (Barrica, s.d., p. 80).

Porém, trata-se de uma boa nova para Angola, cujos objectivos estão contidos no “Consenso de Pequim” que não prima tanto em rigor e transparência, o que pode ser bem-vindo para Angola, na medida em que o seu posicionamento nos *rankings* dos indicadores de boa governação é negativo, que parece ser ameaçador ao “Consenso de Washington”, cujas normas estão contempladas no FMI, que se finaliza pela transparência e rigor (Pavia, 2011, p. 10). Ao contrário, o “Consenso de Pequim” não prima tanto pelo rigor, parece ser apenas de boa nova para os dirigentes angolanos, uma vez que, a governação deles, evidencia-se em enriquecer uma pequena elite, que é composta por eles, seus familiares e amigos, que são a minoria no universo de 25.789.024 de habitantes.

No entanto, importa retomar a questão do financiamento chinês para Angola, que foi implementado em duas fases diferentes, que são:

- 1- O Governo angolano recebeu 2 bilhões de dólares: “1 bilhão de dólares, que foi enquadrado em 27 contratos correspondendo a 50 projectos, dos quais 21 até 2010, já tinha sido concluído, onde inclui-se as áreas de energias, águas, saúde, Educação e obras públicas, cada um com cerca de 20% do valor total financiado.
- 2- “Foram enquadrados 13 contratos correspondendo a 52 projectos, que abarcaram os sectores de Telecomunicações, Pescas, Saúde, Educação e obras públicas, no qual mais tarde acresceu-se o projecto denominado EDEL²³ III, incluindo o sector energia e águas” (Barrica, s.d., p.81)

Neste sentido, o financiamento chinês também não deixou de fora a área da reconstrução nacional, na qual o fundo internacional da China com a sede em Hong-Kong, disponibilizou cerca de 2,9 Biliões de dólares, que se investiu nas seguintes áreas:

- “ Construção do novo Aeroporto internacional de Luanda;
- Caminho-de-ferro de Luanda;
- Estrada Luanda – Lobito;
- Estrada Malanje-Saurimo;
- Saurimo-Dondo;
- Saurimo-Luena;
- Infra-estruturas de drenagem na cidade de Luanda;
- Estudos e projectos de Nova Cidade de Luanda” (Idem, p. 82)

É importante referenciar que além da China, Angola também fortificou as suas relações diplomáticas com vários países depois da paz, onde destacarei os seguintes:

- África do Sul: Em 2009, ano em que aconteceu a primeira visita à Luanda do presidente Jacob Zuma, com objectivo de assinar acordos nos sectores comerciais e petrolífero.
- Brasil: Em 2011, ano que aconteceu a visita da presidente Dilma Rousseff a Luanda, com objectivo de reforçar os laços Comerciais e concessão de vistos.
- E.U.A: 2009/2010, anos que aconteceram as visitas da Hillary Clinton a Luanda e em 2010 o presidente José Eduardo dos Santos visitou a Casa Branca, com objectivo de fortalecer as instituições democráticas.
- França: 2008, ano em que o presidente Nicolas Sarkozy visitou Angola, com objectivo de reforçar a amizade e o sector petrolífero.

²³Significa Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda.

- Índia: 2005/2006, anos em que os investimentos bilaterais cresceram de 150 USD milhões, para 4.3 mil milhões.
- Portugal: 2011, ano que se assinou um protocolo bilateral, com objectivo de felicitar os vistos²⁴ (Para mais detalhes veja em anexo II, algumas imagens a ilustrarem estas cooperações).

Contudo, o interesse da China para Angola é preocupante, embora Angola também tenha beneficiado de alguns investimentos chineses. Talvez, o petróleo que tem ido a China, no âmbito da parceria assinada, tem vindo a prejudicar o país, uma vez que, os projectos que têm sido executados pela China em Angola têm pouca durabilidade.

Neste sentido, as relações “Sino-angolanas”, têm vantagens para Angola, na medida em que “facilitam a obtenção de créditos sem condicionalidades associadas”; ao passo que, a China é um Estado, que não se preocupa com a “transparência, boa governação e o respeito pelos direitos humanos e regras democráticas” (Pavia, 2011, p. 15).

Entretanto, a diplomacia não se limita apenas nas relações entre Estados, porém, também passa pelas organizações internacionais, o que suscita a abordagem da posição de Angola em África.

3.3. A Posição de Angola nas Organizações Regionais Africanas

3.3.1. União Africana

É importante recordar que esta organização, antes de se chamar UA, chamava-se OUA, uma dominação que vigorou de 1963 a 2002, que de acordo com Adolfo Maria, o seu nascimento é “resultado de uma sincera aplicação do espírito neutralista de Bandung (1955) por alguns dos seus fundadores e de uma vontade geral de projectar internacionalmente o continente africano”

Aliás, a sua mudança para UA (2002), veio reforçar aquilo que foi afirmado anteriormente a quanto o seu nascimento, sobretudo quando Elikia M’Bokolo, afirma:

“O advento da UA consagrou uma nova abordagem dos problemas de integração que visava fazer face aos desafios multiformes com que confrontam o continente africano e os seus povos, à luz das mudanças sociais, económicas e políticas que ocorrem no mundo” (M’Bokolo, 2011, p. 615).

²⁴<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>.

Neste sentido, a UA, é chamada organização regional na medida em que integra apenas países do continente africano, porém, isto não descarta a possibilidade dela cooperar com outras organizações, sobretudo, aquelas que fazem parte doutros continentes, como é o caso da União Europeia.

A UA, em outras palavras, tem a missão de manter a paz e segurança no continente, onde se inclui todos os Estados membros, trabalhar para que haja distribuição justa, tendo em conta os recursos de cada Estado membro, para que os próprios cidadãos possam viver com dignidade.

Ora, é esta dignidade que os africanos procuram e que tem preocupado os países membros da UA, onde está incluída Angola que sobretudo depois da paz de 2002, a sua postura tem sido excelente.

Entretanto, de 2002 até a data presente, Angola em função da sua boa postura na UA, já teve os seguintes privilégios:

- 2007, eleito presidente do Conselho de Paz e Segurança da UA;
- O cargo voltou à Angola em 2012 (Barrica, s.d., p.165).

Trata-se de um cargo de grande responsabilidade dentro da UA, cujo objectivo do país eleito, é a promoção da paz, segurança e estabilidade no continente.

Nesta ordem de ideias, em prol da manutenção da paz, dentro das políticas da UA, Angola antes e depois da paz, já chegou a intervir tendo em conta a estratégia da diplomacia militar, em vários países, com maior realce nos seguintes:

“Na República Democrática do Congo em vários períodos, alguns dos quais logo após a independência, quando apoio os ataques dos antigos Catangueses ao Shaba contra Mobutu.²⁵

Em Setembro de 1997, após as eleições legislativas que tinham dado vitória a Pascal Lissouba, soldados angolanos e forças policiais de elite “Ninjas” cruzam a fronteira de Cabinda com a República do Congo, para apoiarem o General Denis Sassou-Nguesso e o seu grupo paramilitar “cobras” contra Lissouba, defendendo-se com o pretenso envolvimento deste em apoio à UNITA.

Em 2006, pouco antes da sua morte o embaixador angolano em Cote d’Ivoire, Carlos Belli-Bello em entrevista ao diário “Notre voie”, afirmava que caso Angola o decidisse e o presidente Laurent Gbagbo, líder da Frente Popular Ivoiriense (FPI), o solicitasse poderia colocar tropas no País para debelar a rebelião das forças novas apoiada, pelo menos tacitamente assim admitida, em grande medida pela França” (Almeida, 2011, pp.115-117).

²⁵O apoio era dado pela FNLA e mais tarde pela UNITA.

Contudo, a posição de Angola em África não se define apenas na União africana, também é notório ainda noutras organizações regionais.

3.3.2. SADC

Antes de tudo, torna-se importante referir, que esta organização na sua génese, chamava-se SADCC, que decifrando-a fica “Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral”, que foi fundada em 1 de Abril de 1980, mas devido às vicissitudes do percurso político da África Austral, fez com que passasse para SADC, isto é, em Agosto de 1992, em Windhoek (Namíbia). Assim sendo, o seu significado não se difere tanto do anterior, isto é, “Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral”.

Neste sentido, as conclusões vindas de Windhoek que até nos dias de hoje têm conduzido a organização, não se distanciam tanto da seguinte reflexão:

“Promover a organização no plano do desenvolvimento;

Promover intercâmbio com outras organizações, até mesmo países, com a finalidade de atingir os parâmetros de boa governação na região, sem deixar de fora a questão dos direitos humanos que terminará com a dignidade da pessoa humana.

Promover a paz e segurança na região” (Morais, 1998, p. 15)

Todavia, entre países membros, Angola parece ser o segundo país mais influente, pondo em primeiro lugar África do Sul, visto que, os Sul-africanos superam os angolanos até à presente data, em vários domínios. Porém, a posição de Angola na SADC é excepcional na medida em que Angola se tem destacado, no que concerne à resolução dos conflitos que têm assolado a região.

De facto, o contributo de Angola na SADC, não se distancia tanto daquilo que são os objectivos da organização. Por exemplo, na área do “protocolo para a cooperação e da política, defesa e segurança”, cujo objectivo é servir de instrumento para fazer face aos desafios políticos, de defesa e de segurança na região, que por sua vez, irá originar a criação do “Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança”, Angola tem dado o seu máximo através do seu Ministro da defesa, visto que, o Comité é guiado por todos os Ministros desta área dos Estados membros (Pavia, 2011, p. 113).

Assim sendo, os objectivos da SADC são ambiciosos, uma vez que, a organização também não tem deixado de lado a questão económica da região, um facto que podemos comprovar com a eleição de Angola no cargo da presidência anual e rotativa a 17 de Agosto de 2011, no qual Angola ao assumir este cargo além de confronta-se com os entraves de livre circulação, também apresentou e continua a

insistir com a questão da existência de uma moeda única na região, que na perspectiva dos angolanos, pode ser uma realidade em 2018, não obstante, Angola tem contribuído para organização, com políticas de desenvolvimento de infra-estruturas de apoio a integração regional e à liberalização. Angola tem estado a incentivar outros Estados membros na questão da sustentabilidade financeira da organização (Barrica, s.d., p. 167).

Aliás, o desenvolvimento da organização tem dito pouco sucesso, por causa de Angola que mesmo sendo um dos gigantes a sua integração, ainda considera-se limitada.

É do nosso conhecimento que o processo de integração obedece às seguintes fases:

- Zona comércio livre;
- União aduaneira;
- Mercado comum;
- União Económica;
- Integração Económica total (Huntington, 2009, p.153).

Neste sentido, os países membros desta organização estão mais integrados politicamente, onde inclui-se Angola.

Todavia, o processo de integração nesta região, já se iniciou de forma contrária, uma vez que, a integração regional considera que as regiões do mundo têm de se unir primeiro economicamente e, mais tarde politicamente, um princípio cujas consequências derivam da globalização, o que por sua vez, resultará no seguinte:

“Regiões mais vastas tenderão a ficar mais fortes para intervir nos mercados”²⁶

Contudo, Angola se integrar totalmente na organização, isto é, politicamente e economicamente, poderá notar-se uma baixa na sua produção, por seguintes motivos:

“Por não ser um país competitivo;

Por ter uma produção nacional quase inexistente; que pode ser engolida pela África do Sul e Namíbia;

Por ser um país, com uma democracia em consolidação”²⁷

²⁶Material de apoio da Unidade Curricular de Teoria e História do processo de Construção Europeia, do curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais 2015/2016, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

²⁷<http://opais.co.ao/integracao-economica-de-angola-na-sadc/>

Além disto, Angola parece ser um dos países membros com políticas de imigração mais complexa, em contrapartida, é o país que mais entra de forma ilegal, sobretudo os cidadãos da República Democrática do Congo.

Porém, estes problemas não reduzem o seu empenho no seio da organização. Mas a verdade é que se quer uma organização mais séria e evoluída, para tal é necessário que haja uma integração total de todos os Estados membros.

Contudo, a posição de Angola na política internacional não se limita apenas às organizações regionais africanas, mas também, se estende a outras organizações regionais.

3.4. Angola na União Europeia

3.4.1. Relação de Angola com a União Europeia

Importa, no primeiro momento, dizer que a UE, é uma organização em que o seu funcionamento, se diferencia das outras organizações, na medida em que, tem uma estrutura organizativa, diferente das outras organizações, entretanto, por isso é que vários estudiosos em Ciência Política e Relações Internacionais, tais como: António Martins da Silva, na sua obra “Sistema Político da União Europeia” chegou ao ponto de comparar este funcionamento com o de um Estado, faltando apenas um exército e forças Policiais próprias.

Entretanto, o funcionamento da União Europeia como uma organização com características políticas, inicia-se concretamente com o tratado de Maastricht de 1992, que entrou em vigor a 1 de Novembro de 1993 (Boniface, 2011, p.330), sem esquecer os alicerces do tratado de Paris de 1951 que entra em vigor em 1952, que nela se institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), na qual o primeiro presidente da Alta Autoridade foi Jean Monnet (Francês) e do Tratado de Roma que aconteceu a 25 de Março de 1957, onde se destaca o primeiro-ministro Belga Paul-Henri Spaak, no qual se institui a Comunidade Económica Europeia (CEE) (Machado, 2014, pp.13-14).

De facto, a relação de Angola com a UE é notável na medida em que existem relações fortes com a maioria dos Estados membros, além disto, estas relações ainda se justificam com a existência de uma Embaixada da mesma organização em Luanda.

Porém, as bases destas relações, estão consagradas nos Acordos de Cotonou (Benim), isto é, nos seus artigos 8º ao 13º. Estes acordos, foram assinados a 23 de Junho

de 2000, com objectivo de regulamentar a relação ACP (África-Caribe-Pacífico), um acordo que envolve mais de 100 Estados.²⁸

Os Acordos de Cotonou, para o continente africano abrangeram 48 países, dos quais se inclui Angola.

Já para o Caribe os Acordos abrangeram 15 países, com os 48 africanos, totalizam apenas 63, ao passo que, para o Pacífico foram abrangidos, também 15, o que totaliza 78 países, num conjunto que acrescentando os países membros da União Europeia teremos mais de 100 Estados.²⁹

Aliás, as relações de Angola com a União Europeia, não se limitaram apenas na data da assinatura do Acordo de “Cotonou”, porém, no mesmo diapasão, Angola volta a relacionar-se com a União Europeia, na II Cimeira denominada “União Europeia-África”, em 2007, na qual se fizeram presentes, cerca de 80 Chefes de Estado e de Governo, onde Angola, se fez representar pelo presidente José Eduardo dos Santos, cujo plano de acção, foi o seguinte:

“Promover a boa governação e os direitos humanos e criar oportunidades para moldar a governação mundial num quadro aberto e multilateral”(Barrica, S.d, p.163).

Entretanto, parece ser um pouco controverso, o plano de acção gizado por Angola nesta Cimeira, uma vez que, é um país que nos últimos dois anos (2015, 2016), tem merecido uma maior atenção por parte dos actores da política internacional, como é o caso da O.N.U, no diz respeito à boa governação e à questão dos direitos humanos, visto que, nestes anos, se verificaram, alguns casos que, na óptica dos partidos políticos da oposição e das Organizações Não Governamentais, se constatou a violação dos direitos humanos; ao passo que, a posição do Governo (MPLA), é que não houve violação dos direitos humanos, veja-se, a título de exemplo, os seguintes casos:

- O caso dos 15 mais 2: Trata-se de 15 cidadãos angolanos, dos quais mais tarde juntaram-se mais 2, que segundo as acusações feitas pelo Ministério Público angolano, estavam a preparar um acto de rebelião contra o presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Em prisão preventiva os jovens passaram momentos difíceis, o que originou a grave de fome por parte de alguns, onde se destacou o cidadão Luaty Beirão;
- O caso do Monte Sumy- Estamos diante de um caso inerente à religião, no qual da Igreja Adventista do 7º Dia, sai um crente de nome José Julino Kalupeteka,

²⁸<https://eeas.europa.eu/sites/.../jwE-pt>.

²⁹Para mais detalhes, veja em anexos III os países do grupo de África, Caribe e Pacífico.

que fundou uma seita religiosa denominado “Luz do Mundo”, que congregava féis da mesma igreja, numa montanha isolada. Quando o Estado reagiu através das forças policiais, em confronto com os mesmos féis, segundo os dados oficiais publicados pela Televisão Pública de Angola, originou a morte de 9 polícias e 13 crentes da religião “Luz do Mundo”.

Neste sentido, os dois casos apresentados movimentaram a comunidade internacional, onde se destaca, no primeiro caso, tendo chegado ao ponto de originar manifestações que iniciavam ou terminavam, em frente à embaixada de Angola, conforme se verificou em Portugal.

Retomando a questão do “Acordo de Cotonou”, ainda na agenda das relações de Angola e União Europeia, consta o seguinte:

- Consolidar Angola para um Estado Democrático de Direito;
- Paz e Segurança;
- Boa governação e direitos humanos;
- Crescimento económico e desenvolvimento sustentável;
- Energia;
- Transportes;
- Sustentabilidade ambiental e alterações climáticas;
- Ciência e Tecnologia;
- Ensino e Formação.³⁰

Portanto, as relações de Angola além das fronteiras africanas, não se limitam apenas na União Europeia, não obstante, também estendessem numa organização que abarca um pequeno número de países, com uma grande capacidade de industrialização.

3.4.2. Angola no G-8/G7

Importa em primeiro lugar, dizer que o G-8, hoje G-7, é um conjunto de países com economias mais avançadas no mundo, porém, a organização hoje é composta por 7 países, na medida em que o último a integrar, é o mesmo que se desligou.

No entanto, importa também recordar que esta organização, é composta pelos seguintes países:

- 1- E.U.A;
- 2- Reino Unido;

³⁰<https://eeas.europa.eu/sites/.../jwE-pt>.

- 3- Canadá;
- 4- Alemanha;
- 5- França;
- 6- Itália;
- 7- Japão;
- 8- Rússia³¹

De acordo, com o FMI, estes países representam 64% da riqueza líquida global, o que perfaz aproximadamente 263 triliões de dólares, caracterizando-se, por uma grande riqueza líquida nacional e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), extremamente elevado.³²

De facto, as relações de Angola com os países industrializados são imprescindíveis, na medida em que, podem servi-lhes, de exemplo no âmbito da perspectiva do desenvolvimento económico, assim como na industrialização.

Neste sentido, pela primeira vez, Angola participou na Cimeira da G-8, onde se fez representar pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a convite da Itália em 2009, isto é em Aquila-cerca de 100 quilómetros a Nordeste de Roma, na qual abordaram temas, como: “Acabar com a crise económica, segurança alimentar e a redução do aquecimento global.” A 35ª Cimeira dos países mais Industrializados, que teve inicialmente as discussões de cariz económico, alastraram-se também, nas seguintes áreas:

- “Política;
- Saúde;
- Segurança;
- Pobreza;
- Ajuda ao desenvolvimento;
- Ambiente” (Barrica, s.d., p.162).

Angola, tem mostrado vontade de se querer desenvolver em vários domínios, o que é justificado com vários acordos que têm sido assinados com Estados membros da organização em referência. Porém, o não cumprimento na fase da execução, que se identifica por falta de verbas, tem feito retroceder alguns projectos da industrialização do país.

³¹A Rússia, é o país que se desligou-se da Organização, por isso, é que se fala da G-7

³²Fonte electrónica: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/G7>.

É sabido, que não há industrialização sem desenvolvimento e o desenvolvimento exige boas estradas, para o bem circular dos veículos de grande porte, que escoam produtos dos locais onde estão plantados, às indústrias, para as populações e, se for necessário, para os portos e aeroportos. Neste sentido, não se percebe um governo, afirme que investiu tanto milhões nas estradas, como é o caso da estrada número 100, que liga o troço Luanda-Lobito (Benguela), que em menos de 5 anos, se encontra degradada. Presume-se que a verba disponibilizada pelo Estado, não tenha chegado conforme, na mão da empreiteira, o que tem originado a execução de uma obra com pouca durabilidade, ou então faltou fiscalização séria por parte do próprio governo. Como consequência pensou-se num novo orçamento para a mesma obra, que já está em vigor, desde o começo do ano 2016.

No entanto, para se querer desenvolvimento e industrialização é necessário, que haja seriedade nos projectos que se implementam num determinado país.

Finalmente, as relações de Angola não se resumem apenas aos países industrializados, mas também se faz sentir nas grandes Organizações Internacionais.

3.5. A Presença de Angola nas Organizações Internacionais

3.5.1. O.N.U.

A dimensão da Organização das Nações Unidas na cena política internacional, é essencial na medida em que é o órgão a quem compete a condução e a supervisão, da política dos Estados.

Aliás, o facto da Organização das Nações Unidas ser o órgão competente para supervisionar os Estados, não inibe a soberania dos Estados membros, e até mesmo os não - membros desta organização.

Entretanto, a O.N.U. é uma organização com finalidades gerais, visto que, além de prosseguir com fins políticos, também acaba por se estender às questões económicas, sociais, culturais, até mesmo educacionais dos Estados (Moco, 2009, p.30).

Todavia, a presença de Angola na mais alta organização mundial, vocacionada a conduzir o cenário político internacional, iniciou-se em Dezembro de 1976, data oficial da sua entrada, conforme já foi referido no capítulo anterior.

Embora, seja um país que, desde o seu ingresso na organização tenha vivido momentos difíceis na sua história política, isto é, no que diz respeito a guerra civil, na qual interveio vários países, sobretudo no período 1975-1991, conforme já foi referido

no capítulo anterior, mesmo sendo um país em vias de desenvolvimento, Angola, depois de alcançar a paz já teve várias conquistas diplomáticas dentro da O.N.U, tais como:

- 2003/2004: Sem descurar a data da sua entrada na organização (1976), que talvez podia ser considerado como a primeira conquista, Angola, registou pela primeira vez na sua história, dentro da organização nesta época, a ocupação de um cargo importante, que é o de fazer parte nos 10 membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por um mandato de 2 anos. De facto, mesmo estando há 1 ano de paz na altura, a eleição de Angola, deve-se ao facto de como tem conduzido o processo de reassentamento dos deslocados internos e refugiados, assim como, o processo de desarmamento, a desmobilização e reintegração de conflitos, a prova disto, notou-se, quando a 26 de Fevereiro de 2003, o sub-secretário das Nações Unidas para os Assuntos Africanos e mais tarde representante especial do Secretário-Geral da O.N.U. em Angola, Ibrahim Gambari disse: “experiências na resolução de conflitos e na consolidação da paz em Angola constituem valiosas lições para o resto do mundo” (Barrica, s.d., p.156).

No entanto, os requisitos necessários para a eleição a um cargo nas Nações Unidas, baseia-se em: Cumprir na íntegra com o regulamento da organização, onde destaca-se o pagamento de quotas, assim como a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacional (Lukamba, 2014, p.401).

Para provar que Angola dificilmente viola as leis da organização, nos anos a seguir, voltou a ser eleita, para os seguintes cargos:

- 2006 à 2007, foi eleita primeiro presidente na história da primeira Comissão de consolidação de Paz das Nações Unidas, deve-se ao facto de pertencer as duas grandes regiões geopolíticas e económicas de África , nomeadamente na SADC e CEEAC (Comunidade Económica dos Estados de África Central), nos quais tem partilhado a sua experiência na resolução de conflitos; ainda em 2007, no dia 17 de Maio, a Assembleia Geral da O.N.U, elegeu-o como membro do Conselho dos Direitos Humanos;
- Já em 2012, o então Secretário-Geral das Nações Unidas Ban ki-moon, no âmbito das relações das Nações Unidas e Angola, visitou este país, que por coincidência, foi o ano das terceiras eleições, assim sendo, aproveitou deixar algumas palavras de encorajamento dizendo:

“Existem em Angola todas as condições para a realização de eleições livres e justas” (Barrica, s.d., pp. 154-157).

Todavia, depois do mandato de 2003/2004, conforme já foi referido, talvez o maior regozijo de Angola na O.N.U., tenha acontecido, quando nos finais de 2014, mais uma vez, foi eleita, como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com 193 votos a favor, para o mandato no período 2015-2016, no qual apresentou as seguintes propostas:

“ Paz e Segurança;

Prevenção e resolução de conflitos;

Missões de manutenção de paz e consolidação da paz e ajuda humanitária” (Carvalho, 2014, p.71).

Neste sentido, a presença de Angola não é apenas notória na O.N.U, mas também naquela organização internacional, que desde a fundação sempre preocupou-se com o cidadão lusófono - a CPLP.

3.5.2. CPLP

A existência da CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa, é um projecto que vem a sendo arquitectado, muito antes da data da sua fundação, isto é, 1996.

De facto, importa dizer que talvez os alicerces desta organização se tenham iniciado com as reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília a 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa a 19 de Julho de 1995 e em Maputo a 18 de Abril de 1996. Entretanto, o encontro que decorreu em Lisboa, que congregou os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, isto é, a 17 de Julho de 1996, marcou o início oficial da existência da organização.³³

Todavia, a presença de Angola na organização, fez-se sentir sobretudo desde o ano 2002, por causa da guerra civil que o país viveu.

Aliás, desde a sua existência (1996), a organização era praticamente guiada por Portugal e Brasil, porque, outros países membros, como Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e o Timor-Leste, estavam atentos aos problemas estruturais, no que diz respeito ao funcionamento dos seus Estados, onde se incluem lutas de poder, divergências entre

³³Acta de Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, fornecida pela Embaixada de Angola em Portugal - Lisboa, em Junho de 2016.

partidos políticos, golpes de Estado, como é o caso da Guiné-Bissau (Maria, 2015, p.411).

Entretanto, o cenário político, que se vivia na maioria dos Estados-membros, podia ser apontado como uma das causas do atraso do progresso da organização, o que tem impossibilitado o alcance dos objectivos traçados, tais como:

“Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos países membros no espaço da CPLP;

Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes, através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;

Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos países e em todo o mundo”³⁴.

Entretanto, talvez o que faltou, foi a percepção dos objectivos por parte de alguns países membros, visto que, quando se lançou a ideia, Moçambique esteve na escolha entre a lusofonia e anglofonia, a quem podia aderir (Maria, 2015, p.411).

O vacilar de Moçambique, entre a lusofonia e a anglofonia, talvez devesse ao facto da vizinhança, uma vez que, está rodeado, de países como: Zimbabwe, Malawi, Tanzânia, África do Sul, todos eles de língua oficial Inglesa.

Retomando a questão de Angola na CPLP, foi notória com maior realce em Julho de 2010, quando José Eduardo dos Santos, foi eleito presidente, na qual o seu mandato, se baseou nos seguintes princípios:

“Cada Estado membro deve comprometer-se em preservar e consolidar os valores da paz, estabilidade, democracia e boa governação... e dar continuidade ao processo de reestruturação e profissionalização do secretariado executivo, garantindo-se as condições técnicas e materiais do seu trabalho e o seu apetrechamento com quadros altamente qualificado” (Barrica, s.d, pp.169-170).

Além desta grande conquista, Angola também tem dado o seu contributo para a organização no âmbito da diversão, isto é, quando acolheu os jogos desta Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

³⁴Acta de Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, fornecida pela Embaixada de Angola em Portugal Lisboa, em Junho de 2016.

De facto, foi a segunda vez que, acolheu um evento desta natureza, sendo a primeira, em 2005 e a seguir em 2014, cujo lema foi “ juntos na diversidade”, na qual Luanda, se tornou o palco dos IX jogos desportivos da organização. Esta diversão, em que, Angola, acolheu pela segunda vez, participaram 7 países membros, concepção da Guiné-Bissau, entre eles pessoas com idade compreendida entre 16 e 20 anos.

A cerimónia, desde a sua abertura ao encerramento, apresentou condições na área da saúde, serviços de emergência e segurança e ordem pública, no que diz respeito à polícia nacional que se fez presente com 2 helicópteros, destacando-se também nela, a presença do Chefe Estado angolano José Eduardo dos Santos.³⁵

A CPLP, com aproximadamente 21 anos de existência, não tem conseguido consolidar os objectivos, por falta de união e vontade política, uma vez que é uma organização que, tem alguns países membros com um potencial de recursos naturais, com eles seria muito fácil alcançar os objectivos preconizados.

Neste sentido, vários estudiosos em Relações Internacionais, depositam confiança no que diz o progresso da organização, até mesmo por via marítima, o que é justificado com esta afirmação:

“ A solidariedade que esperamos do mar no plano da CPLP, trata-se de reconhecer que todos os povos da CPLP são marítimos...”(Moreira, 2016,p.140).

Aliás, a ideia de Adriano Moreira nos faz recuar no tempo da colonização, quando Portugal havia transformado as colónias em Províncias Ultramarinas (1955); ao contrário, Moreira, pretende ilustrar a ideia de que, é possível ter esperança de solidariedade através do mar, pelo facto de todos os povos da CPLP, serem marítimos.

Retomando a questão do progresso da organização, é necessário que se crie uma bandeira, se consolide a cooperação do ensino e da investigação e por último se determine de uma capital no seio dos países membros, onde se poderá discutir com muita frequência os assuntos da organização, o que não descarta a possibilidade de algumas vezes, os encontros se passarem num outro país membro (Moreira, 2016,p.168).

Assim sendo, o impacto da diplomacia nos nossos dias, tem sido tão forte, até que chegou ao ponto de inserir no seio da CPLP, um país que não é de expressão de Língua Portuguesa.

³⁵<http://novagazeta.co.ao/?p=4189>

3.5.2.1. O Caso da Guiné-Equatorial no processo diplomático da CPLP

A arte de negociações entre Estados tem sido tão forte, chegando ao ponto de obter resultados, que muitas das vezes têm suscitado interrogações, até nos cidadãos, dos países envolventes. Entretanto, vários analistas políticos têm-se questionado acerca da presença da Guiné-Equatorial, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Talvez, a entrada da Guiné-Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tenha sido influenciada por Angola e Brasil, uma vez que, já tem havido interacção entre os três países, na organização dos países da exploração de petróleo (OPEP). Porém, tudo indica que a diplomacia angolana, foi a mais influente neste processo, por causas das boas relações que existem entre os dois países, por serem países africanos, e, finalmente pelo facto de Angola ser um dos países influentes na CPLP.

Aliás, visto que, esta entrada, obedeceu os caminhos diplomáticos, um dos ex-presidentes mais influentes dos Estados membros da organização, Cavaco Silva, a quanto a integração da Guiné-Equatorial, na comunidade da lusofonia prestou as seguintes declarações:

“A lógica isolacionista de um Estado nunca conduziu ao aprofundamento da democracia nem à melhoria do respeito pelos direitos humanos, e por isso penso que o acolhimento da Guiné Equatorial, depois de a CPLP em várias missões de observação ter reportado avanços na aplicação do roteiro de adesão, é a melhor forma de contribuir por parte de todos os Estados membros para a melhoria do respeito pelos direitos humanos naquele país e para a criação de instituições verdadeiramente democráticas”³⁶

De facto, a junção de um país, que foi colónia de Espanha, a uma comunidade que caminha no âmbito da lusofonia, suscita várias interrogações, uma vez que, de um lado, veio criar para a comunidade incompatibilidade, em vários objectivos traçados na época da sua fundação, como é o caso do seguinte:

³⁶http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/cavaco_defende_que_integracao_da_guine_e_quatorial_na_cplp_vai_melhorar_direitos_humanos.

“Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)”³⁷

Aliás, parece que a CPLP é uma das organizações internacionais, que tem sido cobijada por vários países, uma vez que, já em 2005 o governo de Pequim havia delegado no governo de Macau, o seguimento das relações com os países da CPLP, cujo objectivo principal, era de aproveitar a herança portuguesa e mais além, surgiria o objectivo diplomático e económico (Moreira, 2016, p.160).

De facto, parece ser controverso um país cuja língua oficial é o espanhol, poder lutar para o engrandecimento da língua portuguesa; ao passo que, para Macau, notou-se a proximidade com a CPLP, uma vez que, é uma zona da China, em que, o seu acervo cultural, está ligado a Portugal, além disso, a maioria das pessoas que lá habitam falam português.

Porém, o processo diplomático, iniciado a 30 de Junho de 2010, depositado junto ao Secretariado Executivo da CPLP, pela República da Guiné-Equatorial, cujo suporte foi a XII reunião extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Maputo, a 20 Fevereiro de 2014, que teve a sua conclusão, no dia 23 de Julho, do mesmo ano, na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, realizada em Díli, capital de Timor-Leste, é que marcou a entrada oficial da República da Guiné - Equatorial, na Organização³⁸.

Portanto, presume-se que a presença da Guiné-Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, está mais inclinada em dar um grande impulso no crescimento económico, visto que, é um país produtor de petróleo, um recurso que desde há muito tempo tem muita saída, onde podemos incluir também os seus derivados (gasolina, gásóleo e óleo para os motores). Porém, com a baixa do preço do petróleo, que se tem registado nos últimos anos, pode ainda retardar este impulso económico, o que é justificado com os dados que constam no relatório “ Situação Económica Mundial e Perspectivas 2017”, divulgado a 17 de Janeiro de 2017, em Nova Iorque, pelas Nações Unidas, que prevê o crescimento económico para a CPLP da seguinte forma:

“Angola: 1,8% / 2,8%

³⁷Acta de Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, fornecido em Junho de 2016, pela Embaixada de Angola em Portugal.

³⁸Acta da X conferência de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, realizado em Díli, ao 23 de Julho de 2014, fornecido pela Embaixada de Angola em Portugal em Junho de 2016.

Brasil: 0,6% / 1,6%

Cabo Verde: 3,5% / 3,8%

Guiné-Bissau: 4,0% / 4,1%

Guiné-Equatorial: -2,2% / 1,5

Moçambique: 5,5% / 6,2%

Portugal: 1,3% / 1,4%

São Tomé e Príncipe: 5,5% / 5,5%

Timor-Leste: 5,1% / 5,6%”³⁹

Entretanto, com a entrada da Guiné-Equatorial, espera-se progresso económico no seio da Comunidade e, também melhorias na sua governação, na perspectiva da interacção que tem tido, com países modelo, nesta vertente, como é caso de Portugal e Cabo Verde.

Como prova disso, são os dois anos que já passaram, desde que a Guiné-Equatorial aderiu à organização, e aparentemente, não se apresentam mudanças, o que é justificado, por João Paulo Batalha, director - executivo da transparência e integridade - Associação Cívica, representante da Transparência Internacional em Portugal, com a seguinte afirmação:

“A Guiné-Equatorial tem um péssimo registo em matéria de direitos humanos, é internacionalmente vista e reconhecida como um dos países mais corruptos do mundo, em que uma elite muito pequena, constituída pela família presidencial e por pessoas próximas, monopoliza todos os recursos naturais do país e onde o povo vive numa miséria quase absoluta”⁴⁰

Portanto, com a presença da Guiné-Equatorial no seio da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, espera-se o progresso para ela e outros Estados membros, principalmente para Angola, que é o centro das atenções deste estudo, cujo momento que se segue vai mostrar, qual tem sido o incremento da sua diplomacia para com o seu cidadão.

³⁹<http://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-ser%C3%A1-o-%C3%BAnico-pa%C3%ADs-da-cplp-em-recess%C3%A3o-em-2017/a-37168688>.

⁴⁰<http://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-na-cplp-o-que-mudou-desde-2014/2-19421958>.

Capítulo IV- Repercussão da Diplomacia angolana no cidadão

4.1. Conceito de cidadão

Existem várias formas de perceber o cidadão. Se recuarmos no tempo, isto é, na Antiguidade, o termo “cidadão” era sinónimo de “cidadino”, ou seja, aquele que vivia numa determinada cidade, sem a exclusão de ninguém.

Ora, na medida em que o tempo foi passando, a forma de conceber o cidadão também se foi modificando. Neste sentido, foi na Grécia antiga, isto é, nos séculos VI-IV a.C., onde teria ocorrido a primeira alteração deste conceito, sobretudo quando se começou a falar da “*res publica*” com objectivo de se apagar a ideia de que a sociedade fosse algo privada. Porém, com esta denominação, inicia-se o processo de inclusão das pessoas, no diz respeito, à participação na coisa pública ⁴¹(Hermet, Badie, Birnbaum & Braud, 2014, p. 45).

Esta participação, que teria iniciado na Grécia antiga, quando se decidiu que as pessoas participassem na vida política, numa primeira fase excluía mulheres e estrangeiros.

Neste sentido, o conceito que melhor responde à actual sensibilidade política e que permanece como modelo ideal da descoberta política e social da humanidade, remonta à cultura helénica, mas porém, com uma certa evolução de exigência a igualdade perante as leis (Kambulu, 2012, p.96).

Todavia, nos dias de hoje pode-se definir cidadão como “um agente que tem a capacidade de exercer actos públicos no Estado ao qual está afecto, nele e por ele podendo agir sobre uma tal situação concreta” (Lau, 2013, p. 264).

Há quem defina cidadão, no Estado democrático moderno, como “capacidade para participar no exercício do poder político por meio do processo eleitoral” (Luciano, 2012, 32).

Neste sentido, a Constituição angolana, considera cidadão de origem “o filho de pai ou da mãe de nacionalidade angolana, nascido em Angola ou no estrangeiro” ou ainda aquele “recém-nascido achado em território angolano”⁴²

De acordo com este conceito, cidadão, também podia ser uma pessoa pertencente a uma determinada pátria, ou que possua uma nacionalidade adquirida, mas

⁴¹Esta expressão encontra-se na língua latina, que traduzindo em Português, significa “Coisa pública”

⁴²Constituição de Angola de 2010, p. 7.

que goze de todos os direitos e deveres sem exclusividade, por mais que estes, sejam fruto de uma diplomacia efectuada pelo próprio Estado.

Entretanto, ser cidadão também está ligado à cidadania, ou seja, não há cidadania sem cidadão. Neste sentido, define-se cidadania no âmbito jurídico, como sendo o “usufruto dos direitos cívicos associados à nacionalidade” (Hermet, Badie, Birnbaum & Braud, 2014, p. 45).

No entanto, a Revolução Francesa também deu um grande impulso naquilo que tem sido, o evoluir do conceito de cidadão, o que nos remete ao tema da cidadania, na medida em que esta Revolução, ditou os três princípios fundamentais, que são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que com eles foi possível consolidar as regras que hoje são seguidas pelos regimes democráticos, iniciado na Grécia, que com o passar do tempo, originou a emancipação (a inclusão das mulheres em vários domínios), uma vez que, a cidadania inclui todas as pessoas, o que é extensivo até na política externa.

De facto, todo processo diplomático que o Estado negocia, tem como o centro das atenções o cidadão.

4.1.1. O Cidadão como o fim de toda a Diplomacia

A diplomacia está relacionada com a política externa, conforme se fez referência no capítulo I. Neste sentido, os resultados provenientes dela, acabam por terem efeito nos cidadãos dos países envolventes, na medida em que as negociações entre Estados, têm, no centro das atenções o cidadão, com a finalidade de cooperar em vários domínios, sempre na esperança de melhorar a sua vida, uma vez que, o fim de uma determinada governação é o bem-estar das populações.

Neste sentido, Angola tem conseguido se posicionar bem, no âmbito diplomático, chegando muitas das vezes a obter resultados positivos, conforme já foi referido nos capítulos anteriores. Todavia, não se percebe o porquê que num universo de 25.789.024 habitantes, só alguns, é que se têm beneficiado dos efeitos da diplomacia.

Esta afirmação, pode-se justificar na medida em que Angola, de 2005 a 2015, teve um Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), que nunca ultrapassou pelo menos a metade da classificação, uma vez que, esta classificação obedece uma escala de 0-1, mesmo sendo um país rico e estando a viver em ambiente de paz⁴³.

⁴³Para mais detalhes veja em anexo IV a tabela a classificar Angola ao IDH de 2005 a 2015.

Aliás, o Relatório de IDH actualizado que é de 2016, diz que Angola ocupa a posição 149º no *ranking* mundial, num conjunto de 189 países. Porém, o mesmo, classifica-a dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com a classificação de 0,53, superando apenas a Guiné-Bissau, que obteve 0,42, sem incluir Moçambique, pelo facto de não apresentar os dados para a devida classificação. Mesmo se incluir a Guiné - Equatorial com a classificação de 0,59, na mesma, Angola poderá ocupar o penúltimo lugar no seio da Comunidade.⁴⁴

Entretanto, significa, que estamos a analisar a diplomacia de um país, que se tivermos em conta os indicadores do seu desenvolvimento, nos darão a entender que os efeitos da sua política externa, costumam fazer-se sentir pouco nos próprios cidadãos, uma vez que, a diplomacia também contribui para o desenvolvimento de um país, no que diz respeito aos resultados vindos dos acordos de cooperação entre Estados.

O IDH tem como objectivo medir o desenvolvimento de um país através do rendimento *per-capita*, tendo em conta sobretudo as condições de saúde e de educação, o que têm como fim, medir a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Talvez, o problema esteja na prática de vivência dos cidadãos angolanos, vivência essa, fruto de uma divisão, em termos de tratamento, que originou 4 tipos de cidadãos:

- Cidadão da 1ª classe;
- Cidadão da 2ª classe;
- Cidadão da 3ª classe;
- Cidadão da 4ª classe.

Neste sentido, os cidadãos da 1ª classe, definem-se como aqueles angolanos que têm sido os mais privilegiados, sendo eles os mais contemplados com os projectos do governo, onde podemos incluir a recepção de casas novas, como é o caso das Centralidades, sem esquecer os que fazem parte do aparelho do Estado, seus familiares e amigos.

Ao passo que, os cidadãos da 2ª classe são aqueles angolanos que têm feito tudo para se aproximar aos da 1ª classe, que se têm beneficiado dos restos da 1ª classe.

Já os cidadãos da 3ª classe, podiam ser, aqueles angolanos que, muito deles, por sorte chegaram a ser funcionários públicos, mas que sempre tiveram salários abaixo da

⁴⁴Fonte: PNUD, extraído no site <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2016/08/Posicionamento-de-Angola-nos-Indices-Internacionais> .

inflação, notando assim nas suas vidas um sofrimento que parece ser perpétuo, mesmo trabalhando.

Neste sentido, os cidadãos da 4ª classe são aqueles angolanos que vivem de doação, esmola, que às vezes por dia chegam a terem apenas uma refeição, que vivem em casas sem energia eléctrica, nem água e, que muitos deles, não conseguem inserir os seus filhos no sistema de ensino.

Portanto, as orientações político-culturais vigentes em Angola, obrigaram a fazer esta divisão, uma vez que, a forma como as pessoas vivem, não se distancia tanto destes 4 tipos de cidadãos.

4.1.2. Modo de vida do cidadão angolano

A maneira como os cidadãos angolanos vivem, não se difere tanto dos 4 tipos de cidadãos, referenciados acima. De facto, em Angola as pessoas têm um “*modus vivendi*” com diferenças abismais.

Em Angola, as diferenças sociais são mais notáveis, sobretudo na escolaridade, habitação e rendimento mensal.

Escolaridade: Em Angola, as pessoas são formadas em escolas diferentes e professores também, ou seja, existem em Angola escolas que é só para filhos de ricos e também para filhos de pobres. Muitas pessoas estão fora do sistema do ensino por falta de escolas para estudar, o que futuramente terá repercussões na procura de emprego. Neste sentido, significa a dizer que, a divisão do cidadão da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe, conforme já foi referido, inicia-se desde a base.

Habitação: Maior parte das famílias até aos dias hoje, vivem em casas sem condições de habitabilidade, tais como: Casa feita com maça de terra, casa sem ar condicionado, visto que, Angola tem um clima quente, as vezes sem luz, casa de pau a pic, para não falar da falta de água em muitas delas.

Por exemplo, no Lobito, que é uns dos municípios mais desenvolvidos de Angola, muitos cidadãos vivem nestas condições.

Rendimento Mensal: A maneira como a maior parte dos angolanos conseguem a sua sobrevivência, deixa a desejar. Porém, é sabido que, em nenhuma sociedade as pessoas têm rendimentos mensais iguais. Em Angola, as populações têm como base de sustento, o vencimento em áreas diferentes, tais como: operários, camponeses e ainda outros trabalham por conta própria, através das quais, as menos rentáveis, acolhem o

maior número de cidadãos e as mais rentáveis o menor número, entre elas, destacam-se os seguintes:

Função Pública: É um sector que empregou mais 360.000 angolanos, segundo os dados apresentados pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, que entre os quais, 88% pertencem à administração local e 12% à central⁴⁵. Neste sentido, o salário dos funcionários da administração local, onde está incluso a maioria dos cidadãos, está abaixo da inflação, apresentado também, com muitas disparidades em relação às categorias.

Funcionários das empresas privadas: O sector privado tem ajudado no modo de vida dos angolanos, ao empregar um bom número de cidadãos. Porém, a situação salarial, não se difere tanto do sector público.

Neste sentido, cada empresário paga da forma que lhe convem o seu funcionário. Talvez o que falta é a fiscalização séria por parte dos órgãos competentes.

Agricultores: A agricultura, também é uma das actividades principais, para o sustento das populações, sobretudo nos municípios do interior. Porém, a agricultura que se pratica em Angola, tem sido muito limitada, o que muitas das vezes tem deixado famílias à fome. Pela altura do tempo não chuvoso e pela falta de investimento no sector, no que diz respeito as “motobombas” que têm feito muita falta sobretudo no tempo em que não chove para ajudar na irrigação, torna ainda mais difícil a sua sustentabilidade.

Kupapatas (Táxis–motocicletas): Também, têm dado um grande contributo no sustento de muitas famílias angolanas, embora seja, um trabalho de muito risco, pelo facto de muitos dos cidadãos envolvidos nele, não usarem capacetes, o que é praticado sobretudo nas Províncias de Benguela, Huambo, Bié e Kuanza-Sul. O seu rendimento é indefinido, por se fazer cobrança de passageiro a passageiro e o preço é definido em função da distância.

Taxistas: O serviço de Táxis em Angola intensificou-se em 2010, com a realização do Campeonato Africano das Nações (CAN), isto é, por causa dos turistas que vinham acompanhar o maior evento do futebol africano. Também, tem ajudado o Estado a combater o desemprego. No entanto, Luanda por ser a capital, foi contemplada com 150 táxis especiais, ao passo que, Benguela, Huíla e Cabinda, 50 táxis em cada (Stead & Rorison, s.d, p.74).

⁴⁵Novo Jornal, publicado no dia 11 de Janeiro de 2017.

É de recordar, que este serviço se refere apenas aos chamados “ táxis especiais”, conforme os serviços de outros países da Europa, como é caso de Portugal.

Entretanto, além destes, existem os serviços de táxis particulares, pintados de azul e branco, muitos deles não estão legalizados, podem, apenas transportar 15 pessoas, mas às vezes, excedem para 18 passageiros. Porém, também, têm servido como via de sustento de várias famílias angolanas.

Ambulantes e mercados ao ar livre (Praças): Presume-se que é área que sustenta o maior número de cidadãos angolanos. Geralmente, o que se encontra nos mercados e supermercados, ou lojas, também se encontra com muita facilidade neste lugar, como é caso de peixe fresco, seco, frutas, fuba, arroz, medicamentos (Stead & Rorison, s.d, p. 84).

Um bom número de cidadãos, encontram a sua subsistência nesses locais, os mercados de ar livre, existem em todos os municípios de Angola, ao passo que, os ambulantes estão sobretudo em Luanda.

Neste sentido, em Angola notam-se desigualdades sociais, no que diz respeito à vida dos cidadãos, visto que, se podem comprovar os dois indicadores fundamentais neste âmbito:

- Desigualdades económicas;
- Desigualdades educativas (Costa, 2012, p.33).

De facto, estes indicadores, verificam-se na sociedade angolana, na medida em que a maioria das famílias, vive abaixo de 1000kz (6 euros) por dia, outros ainda vivem de esmola, ao contrário, daqueles cidadãos que vivem acima de 5000kz (30 euros), que podíamos enquadrá-los no colectivo dos cidadãos da 1ª e 2ª classe, conforme foi definido acima. Quanto às desigualdades educativas, o fenómeno faz-se sentir na medida em que, as pessoas são formadas em escolas diferentes, outros no exterior como fruto da cooperação, cujos critérios de selecção para a ida, tem beneficiado os filhos dos cidadãos da 1ª e 2ª classe, ao passo que, aqueles cidadãos que se formam no interior do país, recebem uma formação com pouca qualidade, porque os que se formaram no exterior, no seu regresso, são empregues nos ministérios ou mesmo nas empresas, com bons salários.

Aliás, talvez o correcto seria dizer que a “classe alta” continua a mandar os seus filhos para o exterior, mas sobretudo para Moscovo, Lisboa, Havana, Brasília, Londres e Washington (Stead & Rorison, s.d. pp 23-24). Porém, muitos deles vão com a Bolsa de Estudo, que muitas das vezes é oriunda da diplomacia no âmbito da cooperação e

outros por conta própria. No seu regresso, por mais que sejam professores universitários, também são obrigados a ministrar um ensino com limitações, para não despertar as consciências dos cidadãos, uma vez que, a ciência quando é bem ministrada, gera debates, opinião pública e por conseguinte, propõe soluções para a resolução de certos problemas. Não obstante, não o fazem, com objectivo de salvaguardar os interesses dos seus pais, uma vez que, em Angola só faz parte do colectivo dos cidadãos da 1ª e 2ª classe, aqueles que têm cargo no Executivo e aqueles que trabalham próximo deles, conforme foi referido acima.

No entanto, parece ser paradoxal a promoção das desigualdades sociais, numa sociedade que caminha dentro dos trâmites democráticos, uma vez que, a democracia está ligada à cidadania e, esta por sua vez não dispensa os três princípios fundamentais: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Aliás, não significa dizer, que num Estado democrático não pode haver desigualdades sociais, no que diz respeito à vida das pessoas, até nos países desenvolvidos, nomeadamente: França, E.U.A. e Inglaterra, também existem assimetrias na vivência. O sociólogo Daniel Bell, foi mais longe ao afirmar:

“Os governos nacionais são demasiado pequenos para dar resposta a todas as questões” (Bell apud Giddens, 2010, p.433). Em contrapartida, é da competência do Estado, traçar bases para diminuir as desigualdades sociais de uma determinada sociedade.

Entretanto, parece que a ideia de Bell é contrariada quando Huntington afirma o seguinte:

“As sociedades modernas podem assemelhar-se entre si do que as sociedades tradicionais” (Huntington, 2009, p.78).

Parece que, Huntington ilustra uma ideia que se assemelha com as sociedades de hoje, que dependem da diplomacia que antes da primeira Guerra Mundial (1914-1918), era conduzida de maneira secreta.

A reflexão em causa, parece ser paradoxal, uma vez que, o desenvolvimento também depende tanto dos recursos existentes em cada sociedade, ao contrário, nem sempre, visto que, o desenvolvimento de uma determinada sociedade passa também pelas cooperações, acordos e integrações.

Neste sentido, a maneira como a maior parte dos cidadãos angolanos vivem, revela que poucos deles têm beneficiado dos resultados provenientes da diplomacia, na medida em que, os resultados da diplomacia quando se juntam à política interna, se

repercutem nas vidas dos cidadãos, primando sempre pelo seu bem-estar. Entretanto, além dos efeitos da diplomacia, importa recordar que Angola tem muitos recursos naturais, por isso, não se justifica a extrema pobreza que vigora na vida dos seus cidadãos, embora seja um país que tenha aproximadamente 42 anos de independência e 15 anos de paz efectiva.

Todavia, tornar-se imperioso, propor algumas teorias políticas, que podem servir como caminho para solucionar o fenómeno.

4.1.3. Mudanças para o bem do cidadão

A mudança dos angolanos para que possam viver com dignidade, é um processo, que na verdade passaria em vários sectores. Entretanto, simplificaria esta mudança em dois itens fundamentais que são: Educação e Democracia.

4.1.3.1. Educação

A educação, é um elemento essencial e primordial para a mudança de uma determinada sociedade, sobretudo democrática.

De facto, por isso que não existe educação sem sociedade, uma vez que, o seu fim resume-se em instruir ou mesmo urbanizar a própria sociedade.

Angola, mesmo sendo democrática, ainda reina o militarismo. Porém, a falta de educação, por parte de muitos militares, que estavam na linha de frente, nos combates e, que hoje muitos deles, são dirigentes, é sem sombra de dúvidas uns dos factores que está no processo da consolidação da própria educação.

Entretanto, importa recordar, que a educação é encarada nas duas vertentes: ampla e restrita.

Neste sentido, a educação ampla “é aquela que acontece em todo lugar, independente de ter ou não lugar específico, que acontece no dia-a-dia, sem ser intencional ou pré-estabelecida” ao passo que, a educação restrita “ é aquela que acontece em instituições específicas, que é planificada e sistematizada e é conduzido pelo Estado, através do Ministério da Educação”⁴⁶

As duas vertentes são importantes, na medida em que, uma serve de complemento ao outro. Porém, para uma sociedade em mudança, como é o caso de Angola, há que priorizar, a “educação familiar”, ou dos pais, porque é através deles, que

⁴⁶WWW.trabalhosfeitos.com/ensaios/a-Educacao-Em-seu-sentido-Amplo55737876.html.

a pessoa recebe os primeiros ensinamentos, de conviver em sociedade, o respeito, o sentimento ao próximo, para posteriormente, quando tiver a idade escolar possa ser encaminhada para a educação, que é da responsabilidade do Estado. A “educação restrita” uma vez que, proporciona às novas gerações, através dos conhecimentos adquiridos, uma consciência, capaz de assumir com eficácia o seu papel de cidadão (Sousa, s.d, p.17).

Entretanto, ninguém pode estar afastado da educação, em casa, na rua, na igreja ou mesmo na escola. Porém, a educação tem tamanha importância, o acesso a ela, bem como sua qualidade, tem de ser igual para todos (Sousa, s.d., p.14).

Todavia, parece que Brandão tem razão ao afirmar o seguinte:

“A educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens, poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades” (Brandão, apud, Sousa, s.d. p.17).

No entanto, em Angola, nota-se lacunas em muitos governantes e governados no diz respeito à educação.

- Governantes: Nota-se a falta de educação por alguns dirigentes, que de um lado parece ser por negligência, uma vez que, muito deles, tiveram a sorte, desde cedo, de serem educados familiarmente e religiosamente, aprendendo como viver em sociedade, com amor ao próximo.
- Governados: Nota-se entre os governados, faltas de respeito com muita frequência, que muitas das vezes tem incentivado os cidadãos à violência, chegando ao ponto de vitimar vidas.

Entretanto, é este tipo de personalidade que se tem em Angola, que muitos deles quando ascendem a um certo cargo na sociedade, se esquecem dos outros, se tornam arrogantes, egoístas, contribuindo para a má governação.

Para que tenhamos cidadãos bem-educados, é necessário também que se consiga atingir os objectivos da educação, o que obedece com o cumprimento dois paradigmas distintos:

“1- Que assenta na ideia de que à escola compete instruir as gerações jovens, transmitindo-lhes conhecimentos disciplinares a partir de domínio que irá se realizar a selecção social /.../.

2- O outro assenta na ideia de que a escola não pode limitar a sua função de aquisição de conhecimentos disciplinares... também deve exigir um conjunto de outras funções educativas e sociais...o que lhe obrigará a diversificar as

suas ofertas e funções, para que as gerações jovens e adultos aprenda para toda a vida”(Rodrigues & Silva, 2013, p.279).

Sem esquecer destes pormenores, que também são essenciais, na realidade angolana, a melhoria da educação passa pelos seguintes pressupostos:

- Fortalecer cada vez mais a educação familiar e religiosa, para se evitar sobretudo à violência doméstica e o militarismo;
- Promover frequentemente seminários, palestras com fins educativos, para a sociedade no geral.
- Melhorar os salários dos professores, para incentivar neles, o espírito e a vontade de educarem melhor os seus alunos;
- Rever as cooperações feitas neste âmbito, sobretudo com os países lusófonos (Portugal e Brasil), para que, a qualidade de ensino existente neles, seja uma realidade em Angola, sobretudo na investigação.

Neste sentido, só assim será possível ter uma educação de qualidade em Angola, que desempenhará um papel importante na formação do homem, uma vez que, é através dela (educação), que se adquirem conhecimentos sociais e científicos, que servem como ferramentas, para munir este homem, que amanhã será capaz de conduzir com lucidez o sector público ou privado, lembrando-se que ocupar um cargo é ser servidor e não se servir.

Portanto, depois de colmatar estes detalhes na vertente educacional, se estará pronto para ver o problema, da democracia.

4.1.3.2.Consolidação da democracia

Tem sido difícil consolidar a democracia num país que na consciência da maioria dos cidadãos, ainda reina a arrogância, militarismo, egocentrismo e o abuso do poder.

Todavia, por isso neste estudo colocou-se a educação em primeiro lugar para a mudança, o que de certa forma, também terá efeito na consolidação da democracia.

Angola é um Estado democrático desde 1992, isto é, depois da assinatura dos acordos de Bicesse (1991). Sem incluir os momentos de guerra, Angola já vem a consolidar a sua democracia, desde 2002, data em que se assinou a paz.

Entretanto, baseando-se na Constituição angolana, para consolidar uma democracia, há que ter em conta os seguintes pontos:

- Realização das eleições legislativas e presidenciais de forma periódica;

- Os três poderes fundamentais, Legislativo, Executivo e Judiciário devem funcionar de forma separada;
- Quando há descontentamento, os cidadãos devem-se manifestar sem serem impedidos de o fazer;
- Deve-se respeitar a liberdade de expressão;
- O Estado deve ser laico em prática;
- Os cidadãos devem ter os mesmos direitos e deveres em todos os domínios;
- A questão da dignidade humana (direitos humanos);
- A realização das eleições autárquicas.

Ora, dos pontos apresentados, parece que apenas um, é que se cumpriu, o que é justificado com a realização das eleições em 1992, 2008, 2012, preparando assim, as quartas eleições em 2017, mas, ainda, há muito que fazer, para que se saia deste problema que aflige o povo angolano, sobretudo na separação de poderes, questão dos direitos humanos, onde se pode incluir a liberdade de expressão e na realização das eleições autárquicas.

Porém, importa também recordar que estes pontos estão previstos na Constituição, especificamente nos artigos 2º, 10º, 22º, 40º, 47º, 109º e 217º⁴⁷

Aliás, tem sido difícil interpretar o tipo de democracia predominante em Angola. Talvez, podíamos associar a um dos três tipos de democracia que Bodin, classificou:

- “Democracia com governo popular;
- Democracia com governo aristocrático;
- Democracia com governo real” (Bodin, apud, Amaral, 2013,p.338).

Neste três tipos de democracia, não se consegue enquadrar a democracia que reina em Angola, porque, o exercício da democracia costuma fazer-se sentir apenas nas eleições legislativas e presidenciais.

Retomando os pontos já referidos, que com eles podia se consolidar a democracia, mais concretamente, a dignidade da pessoa humana (direitos humanos), que tem merecido muita atenção nos últimos anos, por cidadãos e pela comunidade internacional, iniciando com pretextos por parte das pessoas que reivindicam os seus direitos, não tem sido boa prática, pelo facto, de muitas das vezes finalizar com ofensas corporais e detenção de alguns cidadãos.

⁴⁷Constituição da República de Angola de 2010

Neste sentido, importa recordar que os 30 artigos aprovados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1948, que com eles, se iniciou formalmente, o respeito à pessoa humana, e teve mais impacto nos países com regime de governação democrática, uma vez que, onde não existem regimes democráticos, há a ausência de pelo menos um dos princípios de cidadania, pelo facto de não haver eleições democráticas, que é uns dos principais exercícios da cidadania.

Entretanto, são vários os factores que fazem com a dignidade humana em Angola seja ainda até hoje, um exercício, entre eles, se mencionam os seguintes:

- a) A Guerra Civil - Foi uma guerra, que ocorreu entre filhos da mesma terra, o que originou a intervenção de alguns países, tendo durado 27 anos, o que de certa forma, fez regredir o desenvolvimento do país.
- b) A Ignorância de alguns princípios fundamentais de Estado democrático de direito - Esta Ignorância, está por ambas as partes: Os dirigentes e os dirigidos.
- c) O Impacto forte da Economia Concorrida - Com ela, o ter substituí o ser, pelo facto de alguns Cidadãos, terem o privilégio de abrirem negócios próprios, têm chegado ao ponto de não respeitarem o seu próximo, por causa do poderio económico que têm, uma situação que tem feito com que a pessoa chegue a ser respeitada por possuir bens materiais e não por ser criatura divina.
- d) O índice elevado de analfabetismo - A par disto, muitos cidadãos, por terem nível académico baixo, o que de certa forma nos remete à pouca capacidade de raciocínio, por falta também de educação, têm chegado ao ponto, de espancarem os seus próximos e às vezes muito perdem vidas humanas nestes actos ilícitos.

Todavia, para que os direitos humanos sejam uma realidade em Angola, é necessário que o angolano evidencie a sua cultura, porque, quem bem evidencia a sua cultura é livre e esta liberdade faz parte cultura democrática que de certa forma nos leva a consolidar a democracia, isto é, transformando-se numa pessoa que promove a convivência política e social assente nos valores da dignidade da pessoa humana, que realmente depositará a soberania no povo, que o faz através do sufrágio universal, para a escolha dos seus representantes, através de eleições e, referendo e por outras formas de participação democrática dos cidadãos na vida da Nação. (Imbamba, 2010, p.229).

Consolidada, a Governação democrática exigirá, conforme sublinha Odunga o seguinte:

- a) “Respeito pelos direitos humanos e dos grupos historicamente desfavorecidos;
- b) Fortalecimento do papel da sociedade civil;

- c) Medidas urgentes para a erradicação da pobreza e exclusão social;
- d) Criação de estruturas e processos democráticos e participativos;
- e) Educação primária universal e serviços básicos de saúde,
- f) Programas para um desenvolvimento social, económico institucional e regional sustentando a longo prazo” (Odunga, apud, Roque, 2000, p.84).

Finalmente, uma democracia consolidada não dispensa nenhum dos pontos mencionados acima, sem esquecer daquele, que também vela pelo poder local, que está ligada à descentralização, uma vez que, quando os problemas são solucionados ao nível local, é mais vantajoso, porque ninguém conhece melhor a nossa casa, do que nós próprios.

4.1.3.2.1. Autarquias

As autarquias são elementos fundamentais nas sociedades democráticas. De facto, Angola sendo um país democrático de direito, tendo uma Constituição onde estão contidas as eleições autárquicas, que entrou em vigor em 2010, até a data presente teria já implementado, visto que, todos os países lusófonos, que têm o feito, superam Angola em termo de governação, uma vez que, com as eleições autárquicas, o poder é descentralizado, o que gera um rápido desenvolvimento, podendo-se assim, se justificar com IDH (Índice do Desenvolvimento Humano)⁴⁸.

Na tabela em anexo, veremos Angola como o penúltimo classificado, superando apenas a Guiné-Bissau, o que, pode nos levar a crer, que também a falta das autarquias nestes dois países (Angola e Guiné Bissau), tem sido um factor preponderante para a subida, no raking do IDH, não só na Comunidade dos países de Língua Portuguesa, assim como mundial, uma vez que, as autarquias permitem a resolução imediata dos problemas que assolam as regiões, tais como: educação, saúde, saneamento básico, estradas.

Todavia, importa passar em revista o conceito de eleições autárquicas, como sendo aquelas que acontecem ao nível local, isto é, nos municípios, na qual o povo, através do voto, elege os seus dirigentes. Neste tipo de eleições, concorrem cidadãos naturais destas localidades, pelo facto de conhecerem os problemas que afectam as próprias localidades⁴⁹

⁴⁸Para mais detalhes ver em anexo IV a Tabela a classificar o IDH, dos países lusófonos em 2015.

⁴⁹Texto elaborado de acordo a Constituição da República de Angola em vigor desde 2010.

Aliás, a Constituição de Angola, prevê os órgãos autónomos do poder local, no seu 213º artigo, quando faz a seguinte afirmação:

“A organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local...”⁵⁰

Se olharmos a realidade angolana, há muitos municípios, que ainda merecem racionalizarem-se mais. Neste sentido, segundo Swiewicz, a estes apresentam-se os argumentos a favor da consolidação territorial resumidos da seguinte forma:

“Procura de economia de escala que permitem o fornecimento dos serviços a preços mais baixos e mais eficazmente. Além disto, a existência de demasiadas unidades locais de maior dimensão converte os custos administrativos, por outra, os governos locais de maior dimensão aumentam a capacidade de fornecer um leque maior de serviços, o que permitirá o fornecimento de mais serviços e o aumento da participação dos cidadãos, não só, uma organização territorial com maior dimensão resulta em menos disparidade entre municípios, não obstante, os governos locais de maior dimensão podem ser mais eficazes no planeamento e elaboração de políticas económicas de desenvolvimento e finalmente, a consolidação territorial tende a reduzir o problema do Free-Rading” (Swiewicz, apud, Silvestre & Araújo, 2013, p.302).

Entretanto, por mais que ainda a democracia angolana esteja em consolidação, o que remete também a consolidação do território, dentro da sua realidade, seria já a altura de se implementarem as eleições autárquicas, o que permitiria a descentralização de vários serviços, que na óptica de Amaral, esta descentralização é notória quando “os órgãos das autarquias locais são livremente eleitos pelas respectivas populações, exercendo com plena autonomia as suas competências e estando sujeitos a formas atenuadas de tutela administrativas, em regra restritas ao controle da legalidade” (Amaral, apud, Luciano, 2012, p.37).

Todavia, a descentralização tem como objectivo principal aproximar o governo e o cidadão para que rapidamente possam colmatar os problemas que afligem a região, visto que, são os municípios que formam o país.

Por isso, seria já a altura do Estado angolano os implementar, sem esquecer também aqueles municípios cujo um bom número de cidadãos, já sabe definir os seus direitos e deveres, para que, com o tempo possam se seguir os outros.

⁵⁰Constituição da República Angola de 2010.

Neste sentido, importa apresentar alguns princípios que poderão conduzir os programas autárquicos:

- 1- “Autonomia;
- 2- Transparência e compromisso;
- 3- Coordenação;
- 4- Consulta pública;
- 5- Medidas de simplificação intersectorial;
- 6- Medidas intermunicipais;
- 7- Medidas municipais” (Silvestre & Araújo, 2013, pp.240-241).

Portanto, tendo em conta a proposta deste estudo, acredita-se que se terá um país capaz de distribuir melhor aos seus cidadãos os resultados provenientes da diplomacia, o que resultará numa boa governação, dignidade do angolano, felicidade e diminuição das assimetrias.

5. Visão Prospectiva

Parece ser paradoxal traçar uma visão prospectiva de um determinado país, uma vez que, a ciência política tem um rumo, que pretende o bem-estar das populações, na medida em que, a ciência se baseia nos princípios da veracidade, nos documentos, leis que normalmente estão espelhados na Constituição, ao passo que, os políticos quando estão no poder na sua maioria, governam um pouco fora dos padrões daquilo que são estes princípios.

As sábias palavras do ex-estadista Nelson Mandela, encorajam, avançando que é possível traçar visão prospectiva, quando ele diz algo que tem a ver com a esperança da seguinte forma:

“A esperança é uma arma poderosa e nenhum poder no mundo pode privar-te dela” (Mandela, 2012, p.169).

Neste sentido, pode-se dizer que é possível prever um futuro melhor para Angola, que, sem sombras de dúvidas, poderá resultar da boa governação, onde se inclui os resultados da diplomacia, para que os angolanos possam viver com dignidade, isto é, num futuro breve, visto que, Angola tem enormes recursos e também tem conseguido se posicionando na cena política internacional, uma vez que, o que se pretende é o bem-estar dos 25.789.024 de habitantes.

Todavia, além dos bons resultados da diplomacia, o país tem muitos recursos minerais, vivendo 15 anos de paz, sendo notório, os primeiros sinais de desenvolvimento.

Por isso, Angola precisa de um curto tempo, para sair do grupo dos países de desenvolvimento baixo e passar ao grupo dos países de desenvolvimento médio, onde pelo qual, se encontram os países de Língua Oficial Portuguesa, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, isto é, no contexto regional africano, o que será possível se melhorar nas seguintes dimensões:

“O acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente, para tal, é necessário que se tenha em conta factores como: Esperança média de vida, os anos de escolaridade de cada cidadão e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita”⁵¹

Neste sentido, o PIB angolano as suas receitas têm de deixar depender maioritariamente do petróleo, o que obrigará o Estado a apostar seriamente na diversificação da economia. É esta economia diversificada que tornará forte o país neste domínio, o que se repercutirá nos cidadãos pela seguinte afirmação:

“A Economia serve os interesses do povo no seu todo, está preparada para acabar com a pobreza...e cresce a um ritmo e de uma maneira que permita a todos gozarem um padrão de vida decente e em ascensão” (Mandela, 2012,p.156).

Não obstante, para que Angola possa conseguir distribuir melhor é necessário que crie uma gestão eficaz e transparentes dos seus recursos e a aposta nos sectores tidos como pilares da actividade económica e de garantia da segurança alimentar que são: agricultura, e pescas (Campos, 2011, 245).

Para que isto aconteça, é necessário que se combata a corrupção, já que Angola é um país que se encontra mal posicionado neste indicador da corrupção e o nepotismo que assola o país, sem esquecer a construção da Nação, que será feita em torno da consolidação da democracia.

Todavia, também é necessário que o governo angolano tenha maior atenção nos sectores da educação e saúde, modernizando assim estes sectores, para que se formem pessoas capazes de competirem internacionalmente e na saúde, se consiga combater as epidemias como a malária, que tem vitimado muitas crianças antes de completarem os 5 anos de vida.

⁵¹<http://www.m.dw.com/Pt-002/angola-pode-ser-país-de-desenvolvimento-médio-em-cinco-anos/a-19077347>.

Também deve se priorizar o sector do turismo, já que Angola está cheia de belezas naturais, face a isto, em 2014 se elegeram as 7 setes maravilhas de Angola que são:

- 1- Fenda da Tundavala na Huíla
- 2- Floresta do Maiombe em Cabinda
- 3- Grutas do Nzenzo no Uíge
- 4- Lagoa Carumbo na Lunda Norte
- 5- Morro do Moco no Huambo
- 6- Quedas de Kalandula em Malanje
- 7- Quedas do Rio Chuimbe na Lunda Sul.

Neste sentido, revendo as políticas de imigração, onde se podia incluir o preço do bilhete de passagem acessível da TAAG, construindo mais hotéis, acredita-se que Angola atrairia vários imigrantes, o que faria com que o país arrecadasse muito dinheiro e, ajudaria no combate ao desemprego e à pobreza.

Aliás, talvez o que falta para que Angola seja governada segundo o desejo da maioria, é promoção de algumas palestras, onde os dirigentes possam compreender questões e respostas pertinentes, para que quando colocarem em prática, possam se notar transparência na governação, tais como:

- “Qual é a base de um governo justo?
- Que tipo de governação é melhor?
- Como deve um chefe conduzir-se no exercício do seu cargo?” (Cícero, 2013,p.11).

A resposta a estas questões, encontra-se em Cícero, quando afirma, que um governo justo tem de se basear num sistema de peso e contrapesos, quanto ao tipo de governação ele diz que a melhor forma de governo é aquela que contempla um equilíbrio de poderes, ao passo que quanto a última questão diz que os chefes têm de possuir um carácter e uma integridade excepcionais (Cícero, 2013, pp.14-15).

Do estudo realizado e desenvolvido, pode-se concluir que a visão prospectiva para Angola passa pelos seguintes pontos principais:

- Reorganização do aparelho do Estado
- Reorganização da educação (educação familiar, religiosa e estatal).
- Consolidação da democracia (autarquias)
- Combate a corrupção (transparência na governação)
- Combate à pobreza

➤ A aposta na produção de bens e serviços.

Se esses pontos forem concretizados, parece que teremos uma Angola com uma diplomacia capaz de beneficiar todos angolanos.

Conclusão

Das três hipóteses apresentadas na introdução, a I pode ter relevância para este estudo, na medida em que, se provou no II capítulo, que a construção da diplomacia angolana, na verdade, foi bastante influenciada por ecos externos, no qual se destacam os apoios que os Movimentos de Libertação Nacional (MPLA, UNITA e FNLA), hoje partidos políticos, receberam do exterior.

Todavia, importa salientar que este apoio teria iniciado muito antes da proclamação da independência deste país.

Neste sentido, MPLA foi apoiado sobretudo por Cuba, ex-U.R.S.S., ao passo que, a UNITA, num primeiro momento, foi apoiada pela França, Zâmbia e mais tarde pela África do Sul e E.U.A., o que foi diferente com FNLA, que foi apoiada significativamente pela República Democrática do Congo, Marrocos, Tunísia, Índia e Roménia. Estes apoios, que contribuíram de forma indirecta na construção de diplomacia de Angola, na medida em que, os partidos políticos, foram interagindo com os países do exterior, acima citados, serviram como base para as negociações diplomáticas, desde que Angola se tornou independente.

Entretanto, depois de Angola ser independente, isto é, em 1975, nos 16 anos que se seguiram, concretamente até ao ano de 1991, viveu-se numa diplomacia misturada com a guerra civil, uma situação que não impediu a inserção de Angola, nas organizações regionais e internacionais, com maior relevância na O.U.A. (1975), hoje U.A. (2002), O.N.U. (1976), FMI (1989). A guerra civil, também não impediu o processo diplomático de abertura de Embaixadas, onde se incluem, as credenciações do corpo diplomático, dos quais se destaca Portugal, que, em 1977, o seu Embaixador João Sá Coutinho apresentou as suas credenciais ao presidente António Agostinho Neto e Angola fez o mesmo em 1978, quando o Embaixador Adriano Sebastião apresentou as credenciais ao presidente António Ramalho Eanes.

Aliás, talvez a guerra civil tenha acontecido no bom momento, na medida em que, influenciou na mudança do regime do marxismo-leninismo, para o Estado democrático, conforme está documentado nos acordos de Bicesse (1991), tendo entrado em vigor em 1992, com a realização das primeiras eleições multipartidárias, o que de certa forma, fez com que em 1993, o presidente Bill Clinton dos E.U.A., reconhecesse Angola com um Estado.

O regresso da guerra civil, que aconteceu depois das primeiras eleições, podia-se dizer ocorreu por falta de calma por parte dos dois partidos (MPLA e UNITA), mas

também em parte, consolidou a diplomacia deste país, na medida em que, originou outras negociações, dos quais se destaca de Lusaka (1994), que por sua vez, dele resultou a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), que entrou em vigor em 1997, cujo seu fim foi o ano de 2008, quando se realizou as segundas eleições em Angola, já em ambiente de paz.

Neste sentido, referenciando a II hipótese traçada neste estudo, na medida em que a paz acabava de chegar em 2002, juntamente com o surgimento do petróleo, que é um dos principais recursos naturais, que influenciaram na promoção da diplomacia angolana, na medida em que com o clima de paz, vários países foram reforçando as suas relações diplomáticas com Angola, com maior destaque para a China, que em menos de 15 anos conseguiu instalar várias empresas em Angola, originando a imigração de cerca de 200.000 chineses.

Com a paz, deu para provar que Angola tem se posicionado bem nas organizações regionais e internacionais, com maior destaque na O.N.U. onde teve o privilégio de ser eleita por duas vezes como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, isto é, 2003/2004 e 2015/2016, assim como na SADC, no qual é um dos principais países estratégicos, chegando muitas das vezes a ser o pacificador de vários conflitos que assolam a região e na CPLP, onde, também é um país influente, o que não descarta a possibilidade de ter influenciado com a sua diplomacia a entrada da Guiné Equatorial, mesmo não sendo um país de expressão de língua portuguesa, pelo facto de ser um país africano e também possuir petróleo, o que significa a dizer que as relações de ambos os países, já se têm cruzado na U.A e na O.P.E.P.

Todavia, essas conquistas no âmbito diplomático, quer seja entre países, assim como nas organizações internacionais e regionais, associando a III hipótese traçada, cuja prova foi feita no IV capítulo, deu para entender que o seu impacto tem sido pouco para o cidadão, na medida em que, dos 25.789.024 angolanos, apenas cerca de 12.894.512 de cidadãos têm beneficiado dos resultados vindos da diplomacia, sem esquecer as riquezas que este país tem. Esta afirmação, sustenta-se nos 6 últimos indicadores do (IDH), que este país apresenta, a contar com a última actualização que foi feita em 2015, por intermédio do PNUD, que nunca ultrapassou a metade, ou seja, os 50% da classificação, tendo sido variado entre 0,50 a 0,53, na medida em que, é através dele, que se mede o desenvolvimento de um país, onde se inclui o rendimento *per-*

capita, que por sua vez, obriga a avaliarmos as condições da saúde, educação, ou seja, apostar na qualidade de vida.

No entanto, sendo Angola aquele país que tem tido êxitos diplomáticos e rico em recursos minerais, para que tenha uma governação que orgulhe todos os angolanos, é necessário que reorganize o Aparelho do Estado, a educação (familiar, religiosa e estatal), para que possam crescer indivíduos com uma nova mentalidade, que sejam capazes de viver as exigências do Estado democrático de direito, onde não haja corrupção, porque a “ corrupção é um cancro que corrói o Estado até à medula” (Cícero, 2013, p.64), sem esquecer também o combate à pobreza e o nepotismo.

Se isto acontecer, teremos uma Angola capaz de distribuir com justiça os resultados provenientes da diplomacia, onde todos os angolanos possam sair beneficiados, para que possa ser um país próspero.

Referências Bibliográficas:

- Acta (1996) - *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa: Fornecido pela Embaixada de Angola em Portugal.
- Acta (2014) - *X conferência de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos países de Língua Portuguesa*, Temor Leste Díli: 23 de Julho de 2014, fornecido pela Embaixada de Angola em Portugal.
- Almeida, E. da C. (2011) – *Angola Potência Regional em Emergência*, Lisboa: Edições Colibri.
- Amaral, D.F. (1988) - *História das Ideias Políticas, Portugal*: Edições Almedina.
- Barrica, J.M. (Director). (S.d.) - *Angola 10 anos de Paz: Conquistas e desafios*, S.L: Serviços de Imprensa.
- Birou, A.(1982) - *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa: Publicações Don Quixote, 5ª Edição.
- Boniface, P. (2011) – *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa: Plátano editor.
- Campos, F.R de S.(2011) – *As Relações entre Portugal e São Tomé e Príncipe, do passado Colonial à Lusofonia*, Lisboa: Edições Colibri.
- Capoco, Z. (2012) – *Nacionalismo e Construção do Estado – Angola (1945-1975)*, Angola - Lobito: Escolar Editora.
- Capoco, Z. (2013) – *História das Relações Internacionais e da Diplomacia*, Angola - Lobito: Escolar Editora.
- Carvalho, A.L. (2014) – *Angola um actor importante no Paacemaking e Peakeeping em África*, Luanda: Editora Lusíada.
- Cícero, M.T. (2013) -*Como Governar um País?* Lisboa: Editora Gradiva.
- Constituição da República (2010), Luanda: Imprensa Nacional.
- Costa, A.F. (2012) - *Desigualdades Sociais Contemporâneos*, Lisboa: Editora Mundos Sociais - ISCTE-IUL.
- Duroselle, J.B. (2013) - *Relações Internacionais de 1919 a 1945*, Lisboa: Edições texto & grafia.
- Fernandes, A.P. (2004) - *E.U.A. e Angola a Diplomacia Económica do Petróleo*, Estoril: Principia Publicações.
- Fernando, E. (2013) – *Jonas Savimbi o lado errado da sua História*, Portugal: Editora grupo leva.

- Giddens, A. (2010) - *Sociologia*, Lisboa: Editora Fundação Colouste Gulbenkian, 8ª Edição.
- Hermet, G. Badie, B. Birnbaum, P. & Braud, P. (2014) - *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*, Lisboa: Escolar Editora.
- Huntington, S.P. (2009) - *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Portugal: Editora Gradiva, 4ª Edição.
- Imbamba, M.J. (2010) – *Uma nona Cultura para Mulheres e homens Novos*, Luanda: Paulinas Editora.
- Kambulu, F. L. (2012) – *A Democracia personalista*, Luanda: Editora Mayamba.
- Kanda, A.(2005) – *Repensar a História de Angola*, Luanda: Edição da Sepidu.
- Kissinger, H. (1996) - *Diplomacia*, Lisboa: Editora Gradiva.
- Kissinger, H. (2003) - *Precisará A América de uma Política Externa? Para uma diplomacia Singular XXI*, Lisboa: Editora Gradiva.
- Lau, R.L. (2013) – *A Policracia no Contrato Político*, Luanda: Texto Editora.
- Luciano, B. (2012) - *Descentralização e Desconcentração na Administração Pública em Angola*, Angola - Lobito: Escolar Editora.
- Lukamba, P. (2014) - *Direito Internacional Público*, Angola - Lobito, 3ª Edição.
- M’Bokolo, E. (2011) - *África Negra História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*, Portugal: Edições Colibri.
- Machado, J. (2014) – *Direito da União Europeia*, Portugal: Coimbra Editora, 2ª edição.
- Magalhães, J.C. (2005) - *A Diplomacia Pura*, Lisboa: Editorial Bizâncio
- Magalhães, J.C. (S.d.) – *Manual Diplomático (Direito diplomático e Prática Diplomático)*, Portugal: Edição Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Maltez, J.A. (2002) - *Curso de Relações Internacionais*, Portugal: Príncipe Editora
- Mandela, N. (2012) - *As Palavras de Nelson Mandela*, Portugal: Editora Objectiva.
- Maquiavel, N. (2007) - *O Príncipe*, Lisboa: Clássica Editora.
- Maria, A. (2015) – *Angola Contributos à Reflexão*, Lisboa: Editor Fernando Mão de ferro.
- Marques, A. (2013) – *Os Segredos da Descolonização de Angola*, Portugal: Publicações Don Quixote.

- Martins, L.M.& Cary, M.C.R. (1985) – *Grandes data da História Universal*, Lisboa: Editora Verbo.
- Material de apoio (2015-2016) - *Unidade Curricular de Organismos e Organizações Internacionais*, Lisboa: Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, da Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologia.
- MBunga, H. (2013) - *Angola e a Crise pós-independência: Cabinda (1975-2006)*, Luanda: Editora Chá de Caxinde.
- Meurice, J.M. (2011) - *O Verdadeiro Poder do Vaticano*, Portugal: Editor Tito Lyon de Castro.
- Moco, M. (2009) - *Organizações Internacionais*, Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Mongiardim, M.R. (2007) – *Diplomacia*, Portugal: Editora Almedina
- Morais, B.(1998) - *A cooperação e a Integração Regionais da África Austral, a SADC*, Brasil: Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Africanos.
- Moreira, A. (2014) – *Teoria das Relações Internacionais*, Portugal: Edições Almedina.
- Moreira, A. (2016) - *Portugal e Crise Global*, Portugal: Edições Almedina
- Muekalia, J. (2013) – *Angola a Segunda Revolução Memória da Luta pela Democracia*, S.L: Sextante Editora.
- Neto, A.P. (2008) – *MPLA e as eleições legislativas de 2008*, Luanda: Editora Nzila.
- Neves, T. (2013) – *Angola justiça e Paz nas Intervenções da Igreja católica*, S.L: Texto Editora.
- Nsiangengo (Coord.). (2011) - *Manual de História*, Luanda: Editora Livraria Mensagem.
- Pavia, J.F. (Coord). (2011) - *A Política Externa de Angola*, Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora.
- Pinto, A.O. (2015) – *História de Angola da Pré – História ao início do século XXI*, Portugal: Mercado de Letras Editores.
- Rodrigues, L.M.& Silva, A.P. (Orgaz.). (2013) – *Políticas Públicas para a Reforma do Estado*, Portugal: Edições Almedina.
- Roque, F. M. (2000) – *Construir a Paz em Angola*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

- Savite, A. (2014) – *Angola no Novo Contexto das Relações Internacionais*, Angola - Lobito: Escolar Editora.
- Savite, A.(2015) - *Lições e Ilações das Organizações Políticas Internacionais*, Angola - Lobito: Escolar Editora.
- Silva, S.V. (2013) - *Política e Poder na África Austral (1974-1989)*, Lisboa: Escolar Editora.
- Silvestre, H.C. & Araújo, J.F. (Coord.) (2013) - *Colectânea em Administração Pública*, Lisboa: Escolar Editora.
- Sousa, Ng. M.(S.d) – *Prova que não prova nada*, Brasil: Londrina, Artgraf.
- Stead, M. & Rorison,S. (S.d.) – *Angola*, S.L: Edição Bradt
- Tomé, António Almeida (2011) – *Relações Internacionais: Geopolítica e Geoestratégia*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Valentim, J. (2011) – *Caminho para Paz e Reconciliação Nacional*, Luanda: Mayamba Editora.
- Vicente, D.M. (Coord). (2013) - *Direito dos Petróleos uma perspectiva lusófona*, Portugal: Edições Almedina.

Webgrafia

- <http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>, consultado em Novembro de 2016.
- <http://opais.co.ao/integracao-economica-de-angola-na-sadc/>, consultado em Março de 2017.
- <https://eeas.europa.eu/sites/.../jwE-pt>, consultado no mês de Fevereiro de 2017.
- <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/G7>, consultado no mês de Março de 2017.
- <http://novagazeta.co.ao/?p=4189>, consultado no mês de Janeiro de 2017.
- http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/cavaco_defende_que_integracao_da_guine_equatorial_na_cplp_vai_melhorar_direitos_humanos, consultado no mês de Abril de 2017.
- <http://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-ser%C3%A1-o-%C3%BAnico-pa%C3%ADs-da-cplp-em-recess%C3%A3o-em-2017/a-37168688>, consultado no mês de Fevereiro de 2017.
- <http://www.dw.com/pt-002/guiné-equatorial-na-cplp-o-que-mudou-desde-2014/2-19421958>, Consultado no mês de Abril de 2017.
- <https://pt.actualitix.com/pais/ago/angola-indice-de-desenvolvimento-humano.php>, consultado no mês de Fevereiro de 2017.
- <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2016/08/Posicionamento-de-Angola-nos-Indices-Internacionais>, Consultado no mês de Abril de 2017,
- WWW.trabalhosfeitos.com/ensaios/a-Educação-Em-seu-sentido-Amplo55737876.html, consultado no mês de Março de 2017.
- <http://www.m.dw.com/Pt-002/angola-pode-ser-país-de-desenvolvimento-médio-em-cinco-anos/a-19077347>, consultado no mês de Abril de 2017.

Publicações Periódicas

Jornal angolano

- Novo Jornal, publicado no dia 11 de Janeiro de 2017.

ANEXOS

Anexos I – Resultados das negociações do protocolo de Lusuka (1994), que originou a formação do GURN.

Cargos na administração central para o partido UNITA

Ministros

1. Ministro da Geologia e Minas
2. Ministro do Comercio
3. Ministro da Saúde
4. Ministro da Hotelaria e Turismo.

Vice-Ministros

1. Vice-Ministros da Defesa
2. Vice-Ministro da Interior
3. Vice-Ministro das Finanças
4. Vice-Ministro da Agricultura
5. Vice-Ministro das Obras Publicas
6. Vice-Ministro da Reinserção Social
7. Vice-Ministro da Comunicação Social.

Governadores Províncias - Cargos na Administração Provincial.

1. Governador do Uige
2. Governador da Lunda - Sul
3. Governador do Kuando - kubango

Vice-Governadores

1. Vice-Governador de Luanda
2. Vice-Governador do Bengo
3. Vice-Governador do Kuanza Sul
4. Vice-Governador de Benguela
5. Vice-Governador do Huambo
6. Vice-Governador do Bie
7. Vice-Governador da Huila

Embaixadores - Cargos na Administração Central

1. Embaixador de Angola no Canada
2. Embaixador de Angola no México
3. Embaixador de Angola na Índia

4. Embaixador de Angola em Cabo verde
5. Embaixador de Angola na Polónia
6. Embaixador de Angola na UNESCO

Administradores Municipais - Cargos na Administração Local.

1. Administrador de Caimbambo
2. Administrador de Camupa
3. Administrador de Gnguembo
4. Administrador de Cassongue
5. Administrador de Curoca
6. Administrador do Huambo
7. Administrador do Ecunha
8. Administrador de Gambos
9. Administrador de Lubalo
10. Administrador de Luquembo
11. Administrador de Leua
12. Administrador de Camucuío
13. Administrador de Mucaba
14. Administrador de Quitexe
15. Administrador de Catabola
16. Administrador de Chitembo
17. Administrador de Cuimba
18. Administrador de Luchazes
19. Administrador de Londuimbale
20. Administrador de Bembe
21. Administrador da Ganda
22. Administrador de Quiculungo
23. Administrador de Quilenda
24. Administrador de Calai
25. Administrador das Ingombotas
26. Administrador de Cuito Cuanavale
27. Administrador de Banga
28. Administrador de Caluquembe
29. Administrador do Puri
30. Administrador de Quela.

Vice-Administradores Municipais

1. Vice - Administrador do Dande
2. Vice - Administrador da Baia-Farta
3. Vice - Administrador do Buco Zau
4. Vice - Administrador da Mavinga
5. Vice - Administrador se Samba Caju
6. Vice - Administrador do Golungo Alto
7. Vice - Administrador do Waco Kungo
8. Vice - Administrador da Cahama
9. Vice - Administrador do Bailundo
10. Vice - Administrador do Catchiungo
11. Vice - Administrador da Caconda
12. Vice - Administrador de Viena
13. Vice - Administrador do Cuchi
14. Vice - Administrador do Cazenga
15. Vice - Administrador do Cuilo
16. Vice - Administrador de Cangandala
17. Vice - Administrador de Caombo
18. Vice - Administrador de Alto Zambeze
19. Vice - Administrador do Namibe
20. Vice - Administrador de Macocola
21. Vice - Administrador do Uige
22. Vice - Administrador de Tomboco
23. Vice - Administrador de Balombo
24. Vice - Administrador de Cassinga
25. Vice - Administrador do Longonjo
26. Vice - Administrador do Amboim
27. Vice - Administrador do Andulo
28. Vice - Administrador de Mussende
29. Vice - Administrador do Lubango
30. Vice - Administrador do Dala

IV

31. Vice - Administrador de Malanje

32. Vice - Administrador do Bula Atumba
33. Vice - Administrador do Chinguar
34. Vice - Administrador do Cuvelai
35. Vice - Administrador do Lobito

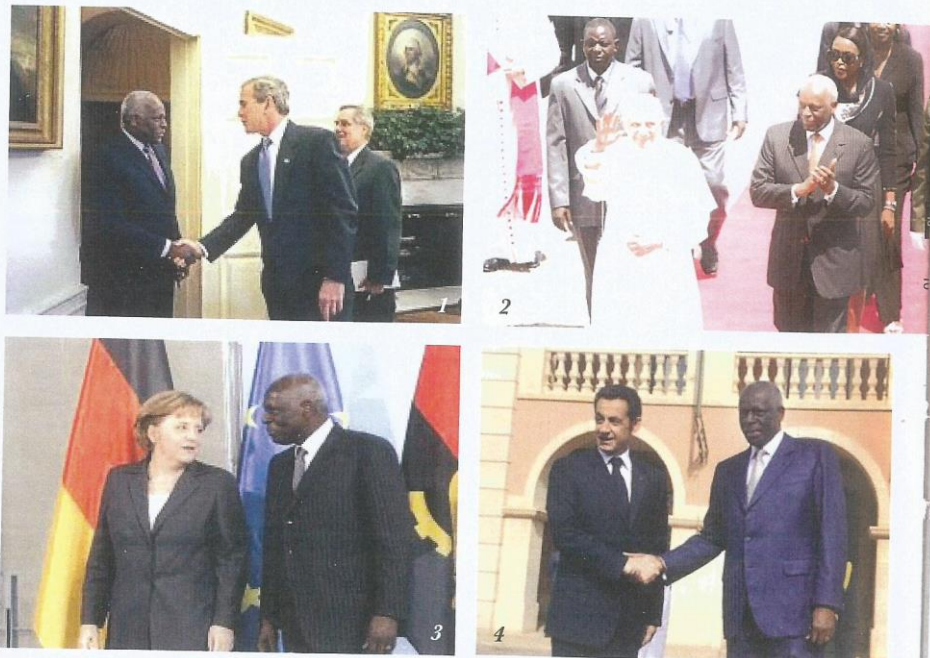
Administradores comunais

1. Administrador Comunal da Terra Nova
2. Administrador Comunal de Cassequel
3. Administrador Comunal de Demba Chio
4. Administrador Comunal de Tabi
5. Administrador Comunal do Cuilo Futa
6. Administrador Comunal de Songo
7. Administrador Comunal de Caxinga
8. Administrador Comunal de Ngola Luige
9. Administrador Comunal do Luemba
10. Administrador Comunal de Quihuhu
11. Administrador Comunal de Lufico
12. Administrador Comunal de Quiquiemba
13. Administrador Comunal da Sanga
14. Administrador Comunal de Pambangala
15. Administrador Comunal de Quissengue
16. Administrador Comunal de Quienha
17. Administrador Comunal da Botera
18. Administrador Comunal da Chila
19. Administrador Comunal de Chingongo
20. Administrador Comunal de Chicuma
21. Administrador Comunal de Calima
22. Administrador Comunal de Cacoma
23. Administrador Comunal de Cambandua
24. Administrador Comunal do Caiuera
25. Administrador Comunal de Caieie
26. Administrador Comunal de Soma Cuanza
27. Administrador Comunal de Cassamba
- V
28. Administrador Comunal de Muangai

29. Administrador Comunal de Luma Cassai
30. Administrador Comunal de Luangue
31. Administrador Comunal de Capaia
32. Administrador Comunal de Calepi
33. Administrador Comunal de Cutenda
34. Administrador Comunal de Galangue
35. Administrador Comunal de Cafima

Anexos II- Imagens ilustrando reforços de cooperações entre o Estado angolano e outros Estados

ANGOLA na Rota de Chefes de Estados e Ilustres



- 1 | Presidente e George W. Bush
- 2 | Visita do Papa Bento XVI
- 3 | Visita de Merkel
- 4 | Visita de Sarkozy

Figuras Mundiais



- 5 | Visita de Dilma Rousseff
- 6 | Visita de Hillary Clinton
- 7 | Visita de Dimitri Medvedve
- 8 | Visita de Jacob Zuma
- 9 | Visita de Cavaco Silva

Anexos III- Estados que fizeram parte dos Acordos de 23 de Junho de 2000 (África-Caribe-Pacífico)

Tabela 2: África

África do Sul	Gabão	Quénia
Angola	Gâmbia	R.C.A.
Benim	Gana	R.D.C.
Botswana	Guine	Ruanda
Burkina Faso	Guiné-bissau	São Tomé e Príncipe
Burundi	Lesoto	Senegal
Cabo Verde	Libéria	Serra Leoa
Camarões	Madagáscar	Ilhas Seychelles
Chade	Malawi	Somália
Comores	Mali	Suazilândia
Congo	Ilhas Maurícias	Sudão
Costa do Marfim	Mauritânia	Tanzânia
Djibuti	Moçambique	Togo
Guine Equatorial	Namíbia	Uganda
Eritreia	Níger	Zâmbia
Etiópia	Nigéria	Zimbabué

Tabela 3: Caribe

Antígua e Barbuda	Haiti
Baamas	Jaimaca
Barbados	República Dominicana
Belize	Santa Lúcia
Cuba	São Cristovão e Nevis
Dominica	Suriname
Granada	Trindade e Tobago
Guiana	

Tabela 4: Pacífico

Micronésia	Palau
Fiji	Papua-Nova Guiné
Ilhas Cook	Samoa
Ilhas Marshall	Timor-Leste
Ilhas Salomão	Tonga
Kiribati	Tuvalu
Nauru	Vanuatu
Niue	

Anexos IV- Tabelas diversas a classificar Angola em várias posições

Tabela - 5: Classificação de Angola ao IDH

Data de classificação	Classificação atribuída na escala de 0-1
2005	0,44
2006	0,46
2007	0,47
2008	0,49
2009	0,49
2010	0,50
2011	0,52
2012	0,52
2013	0,53
2014	0,53
2015	0,53

Tabela 6- Índice do Desenvolvimento Humano dos países lusófonos-2015

Países	Classificação
1-Portugal	0,83
2-Brasil	0,75
3-Cabo Verde	0,64
4-Timor Leste	0,59
5-São Tomé e Príncipe	0,55
6-Angola	0,53
7-Guiné-Bissau	0,42